

4.

O Rito Seráfico Penitente da Procissão das Cinzas

A Procissão das Cinzas de Pernambuco

*Um negro magro em sofolié justo,
De joias azoragues dois pendentes,
Bárbaro Peres, e outros penitentes,
De vermelho um mulato, mais robusto.*

*Com as asas seis anjinhos, sem mais custo,
Uns meninos fradinhos inocentes,
Dez ou doze brichotes mui agentes,
Vinte ou trinta canelas de ombro onusto.*

*Sem debita reverencia, seis andores,
Um pendão de algodão, tinto em tejuco,
Em parelha dez pares de menores;*

*Atrás um negro, um cego, um mameluco,
Três lotes de rapazes gritadores:
Eis a procissão de cinza em Pernambuco.*

Gregório de Matos

O soneto que descreve a procissão das cinzas de Pernambuco foi escrito provavelmente entre 1695 e 1696, tempo em que o poeta Gregório de Matos (1633 ou 1636-1696), de volta do exílio de Angola, viveu uma vida de privações na capitania de Pernambuco, vindo a falecer no Recife em 26 de novembro de 1696, no ano seguinte da constituição canônica da Ordem Terceira do Recife, quando já estavam em curso as obras da capela. Embora crítico irreverente da Igreja católica, no corpo da obra poética do **Boca do inferno**, há uma variante marcadamente religiosa, de inspiração franciscana, que tematiza a culpa, o perdão

e a efemeridade da vida. O poeta foi devoto de São Francisco de Assis e chegou a tomar o hábito seráfico na Ordem Terceira de Salvador.

A procissão das cinzas dos penitentes, tema do soneto, está inscrita no campo característico da religiosidade franciscana, voltada para a questão da salvação e da expiação dos pecados.¹⁴² Entretanto, o soneto não tem a marca da poesia religiosa gregoriana, mas dos seus versos de circunstância, voltados para a realidade circundante, caracterizados pela ambiguidade e pelo tom irônico impiedoso de sua sátira social. Na “Procissão das Cinzas de Pernambuco”, Gregório de Matos assinala a pobreza dos andores e das figuras alegóricas do préstito, frequentado por “um cego”, “um mameluco”, “um negro magro”, “mulatos” e agentes estrangeiros, ou “brichotes”, figuras caricatas de inversão da ordem social vigente na colônia. Ainda que a sátira gregoriana seja impregnada de artifícios persuasivos da retórica barroca, sem compromisso realista, o poeta descreve um quadro social transgressor, identificado com as camadas mais inferiores da hierarquia social, em contraste com os valores vigentes nas sociedades ibéricas do Antigo Regime, transplantados para o ambiente colonial, nomeadamente os ideais de “qualidade” e de “pureza de sangue”, que fundamentavam a base social das Ordens Terceiras franciscanas.¹⁴³ O soneto realça o estranhamento do poeta mediante a quebra de um princípio hierárquico de um rito social realizado às avessas. A procissão dos penitentes dos irmãos franciscanos, tradicionalmente organizada com o zelo das precedências e com o aparato faustoso preparado pelas Ordens Terceiras franciscanas, compostas pelas elites locais, desfila em Pernambuco pobre e desqualificada socialmente, suscitando a verve satírica do poeta.

¹⁴² O poeta escreveu outros versos sobre a questão da salvação e da expiação dos pecados na quarta-feira de cinzas, notadamente o soneto: “No dia de Quarta-feira de Cinzas / Que és terra, homem, e em terra hás de tornar-te, / Te lembra hoje Deus por sua Igreja; / De pó te faz espelho, em que se veja / A vil matéria, de que quis formar-te. / Lembra-te Deus, que és pó para humilhar-te, / E como o teu baixel sempre fraqueja / Nos mares da vaidade, onde peleja, / Te põe à vista a terra, onde salvar-te. / Alerta, alerta, pois, que o vento berra. / Se assopra a vaidade e incha o pano, / Na proa a terra tens, amaina e ferra. / Todo o lenho mortal, baixel humano, / Se busca a salvação, tome hoje terra, / Que a terra de hoje é porto soberano”. Apud WISNICK, José Miguel. **Poemas escolhidos de Gregório de Matos**. São Paulo: Editora Cultrix, 1975. p. 309.

¹⁴³ João Adolfo Hansen, em sua obra clássica, **A sátira e o engenho**, acrescenta que o termo “mulato” ocorre na obra de Gregório de Matos como “uma persona satírica” referida a um “campo institucional”. HANSEN, João Adolfo. **A sátira e o engenho**. Gregório de Matos e a Bahia do século XVII. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 133.

Considerando o período em que viveu na capitania de Pernambuco, Gregório de Matos certamente escreveu sobre o préstito organizado pelos irmãos penitentes da Ordem Terceira de Olinda, uma vez que a procissão do Recife só foi autorizada a desfilar em 1710, em meio aos conflitos políticos relativos à elevação do Recife a vila, quando o poeta já não mais vivia. Ao fim da primeira década do século XVIII, a Ordem Terceira do Recife já havia demonstrado o poder e o prestígio de seus irmãos congregados com a construção de sua capela, ricamente ornada com silhares azulejados, pintura e talha dourada, onde podiam realizar com pompa e exclusividade suas celebrações litúrgicas. A mobilização dos moradores do Recife, por ocasião das exéquias de Antônio Fernandes de Matos, cercadas de magnificência e dos signos da “lei da nobreza”, foi também rito de afirmação pública da grandeza dos Terceiros da praça. Entretanto, faltava-lhes realizar o tradicional séquito das cinzas, de forma independente da Irmandade olindense, o que lhes foi negado por sucessivas vezes. Queriam os Terceiros do Recife não apenas cumprir o rito penitente de inauguração da quaresma, mas também, contraditoriamente, tornar visível na hierarquia das precedências do préstito o relevo social alcançado pelos irmãos, prósperos “homens de negócio” do Recife.

Durante o Antigo Regime, os espetáculos processionais organizados pelas Ordens religiosas, impregnados pelo espírito barroco, além de divulgarem a cultura hagiológica, conforme as determinações tridentinas promulgadas em 1564, ensejavam também a dramatização da ordem social vigente. As procissões, verdadeiros teatros sacros, conformavam um espaço público de representação, em que os membros das confrarias eram obrigados a despender com largueza recursos para garantir o fausto e o aparato da celebração. Ao fim da primeira década do século XVIII, os Terceiros franciscanos do Recife estavam preparados para organizar o rito público penitente, o mais importante da devoção seráfica, com distinção e grandeza. Na hierarquia dos corpos sociais em espetáculo, os dirigentes da Ordem almejavam exercer suas prerrogativas e privilégios no sentido de ocupar o couce do cortejo, onde tradicionalmente desfilavam as imagens dos santos seráficos, os ricos objetos de culto e as pessoas mais graduadas da vida civil e eclesiástica. Realizar a procissão das cinzas era a derradeira conquista simbólica a ser alcançada pelos leigos franciscanos do Recife, no plano das manifestações litúrgico-religiosas, no bojo do processo de

consolidação da ordem e da promoção social dos seus congregados “homens de negócio” da praça.

4.1.

O lustre e a grandeza do ato público soteropolitano

O cortejo das cinzas que Gregório de Matos satirizou em seu soneto, possivelmente testemunhado por ele a desfilar pelas ladeiras da vila duartina no último decênio do século XVII, era apenas um reflexo pálido dos espetáculos penitentes promovidos pela Ordem Terceira de Salvador, sua vila natal, onde ele professou a fé seráfica e era identificado com o grupo de “letrados” da Ordem leiga.¹⁴⁴ De acordo com Marieta Alves, historiadora da Irmandade soteropolitana,

[...] a procissão das cinzas era levada muito a sério pelos administradores da Ordem Terceira de São Francisco, a ponto de, para não haver interrupção no antigo compromisso, se responsabilizarem os Mesários pela grande despesa que o cortejo ocasionava.¹⁴⁵

Com efeito, o préstito da penitência na cidade da Bahia foi iniciado em 1649, pouco mais de uma década após a primeira eleição canônica para a eleição da Mesa da Ordem Terceira em 23 de dezembro 1635. Pelo menos até o final do século XVIII, a procissão foi dominada pelo aparato e pela pompa barroca dos irmãos penitentes, que tinham obrigação estipulada no Compromisso de participar do cortejo.

O desfile da procissão das cinzas de Salvador foi narrado pelo historiador, poeta e cronista-mor da Ordem franciscana, Frei Antônio de Santa Maria Jaboatão, em sua obra basilar **Novo orbe seráfico brasílico ou crônica dos frades menores da província do Brasil**, publicada pela primeira vez em Lisboa

¹⁴⁴ Ao tomar o hábito franciscano, Gregório de Matos escreveu o seguinte soneto: “Ó magno Serafim, que a Deus voaste / Com asas de humildade, e paciência / E absorto nessa divina essência / Logras o eterno bem, a que aspiras / Pois o caminho aberto nos deixastes / Para alcançar de Deus também clemência / Na ordem singular de penitência / Destes filhos Terceiros que criastes / A filhos como / Pai, olhas queridos, / E intercede por nós, Francisco Santo / Para que te sigamos, e imitemos / E assim esse teu hábito vestidos / Na terra blasonemos de bem tanto, / E depois para o céu juntos voemos”.

¹⁴⁵ ALVES, Marieta. **História da venerável Ordem Terceira da Penitência do seráfico Padre São Francisco da Congregação da Bahia**. Salvador: Mesa Administrativa da Ordem, 1948. p. 194.

em 1761. O frade nasceu na freguesia de Jaboatão (nas proximidades do Recife), em 1695, quando o poeta Gregório de Matos vivia em Pernambuco. Ingressou na Ordem franciscana em 1716, professando em 1717 no Convento de Paraguaçu na Bahia. Ele ocupou os postos de maior destaque na Ordem franciscana da Custódia de Santo Antônio. Jaboatão viveu em Olinda, Recife e Salvador, onde faleceu no Convento de São Francisco em 7 de julho de 1779. Entretanto, foi a procissão das cinzas promovida pelos Terceiros de Salvador a que mereceu o maior destaque na sua crônica seráfica. Frei Jaboatão registrou com acuidade a procissão da penitência da quarta-feira de cinzas dos Terceiros soteropolitanos, que integrava o calendário dos ritos franciscanos articulados à paixão e morte de Cristo, à vida do Padre Seráfico e dos santos leigos adotados pela Ordem.

Tendo como referência modelar o préstito organizado pela Ordem Terceira franciscana da cidade do Porto, cuja primeira saída conhecida data de 1661, a procissão das cinzas era considerada o mais relevante dos ritos seráficos realizados na colônia brasileira. O desfile penitente na quarta-feira de cinzas, logo após a folia da carne, rito de origem pagã incorporado ao cristianismo pelo Concílio de Trento (1545-1563), estava impregnado do espírito de exaltação e glória. Inaugurar a quaresma era para os irmãos Terceiros sinônimo de privilégios perante as outras Ordens religiosas, pois a cerimônia litúrgica dava início ao período de purificação, abstinência e de reflexão contrita, considerado o tempo da graça para os cristãos. Frei Jaboatão certamente teve a oportunidade de testemunhar a realização do séquito pomposo de Salvador, e assim o descreveu:

Os atos públicos e funções desta Venerável Ordem são os que dispõem a regra, e estatutos gerais, e o de maior expectação que costuma é a procissão das cinza, que se faz na primeira Quarta-Feira da quaresma, com todo lustre e grandeza; e por ser uma ação que dá brado em muitas partes, faremos dela uma breve memória. No ano de 1649 em dezessete de fevereiro se deu princípio a este santo costume, publicando-se neste dia o jubileu, e na tarde dele saiu a procissão da penitência, a qual perdurou, e se faz ao tempo presente na forma seguinte: Primeiramente vai a figura do paraíso terreal, que se demonstra em uma árvore frondosa com os pomos proibidos, e aos lados Adão e Eva, nossos primeiros pais, com as insígnias do seu trabalho, já despidos da primeira graça, e vestidos de peles, e detrás deles o anjo querubim, lançando-os fora do paraíso, com uma espada de fogo, o qual vai vestido rica e especiosamente, cobertas as roupas de galos finíssimos, peças de diamantes e ouro batido. Segue-se logo a figura da morte, com as insígnias da brevidade da vida; e depois a Santa Cruz com as armas da Ordem Seráfica, acompanhada de dois anjos com brandões nas mãos. Seguem-se mais sete figuras, vestidas de saco penitente, com insígnias nas mãos,

que declaram as virtudes, que representam, como são a penitência, confissão, contrição, satisfação, obediência, memória da morte, desprezo do mundo, levando cada uma delas adiante de si um anjo, com tarja na mão, e letreiro de seu significado, levando a última dois pajens mais aos lados, com peças de ouro em salvas, e outros despojos de seu desprezo.

Segue-se uma figura à Mourisca, com sua tarja em forma de bandeira, e nesta escrita a sentença de morte dada contra os vinte e três mártires do Japão, nossos Irmãos, os quais vão atrás, em figuras pequenas, vestidos com hábitos das nossas Ordens, e nas mãos com alfanges nas partes, em que foram martirizados, todos passados com uma corrente pelo pescoço que leva o algoz mouro na mão, mostrando uma suma arrogância e desumanidade. Ao lado dos mártires vão dois anjos com as palmas do triunfo, e coroas do martírio, e atrás do mouro vai o anjo da guarda, vestido à maneira de querubim, com lança na mão resguardando aos mártires da maior violência do tirano. Logo se segue outra figura da mesma sorte enriquecida, com balança na mão, e espada, que simboliza a Justiça Divina.

Por um e outro lado vão os Irmãos Terceiros da nossa Ordem, incorporados com os de Nossa Senhora do Monte do Carmo, e pelo meio da procissão vão vinte andores ornados, cobertos de tela de ouro roxa, e neles colocados os santos da ordem de estatura ordinária, com toda propriedade e asseio, e os passos principais de suas virtudes. Da mesma sorte vão em andores Cristo Senhor Nosso com a cruz às costas, participando as chagas a Nosso Santo Padre, e os nossos principais do mesmo santo patriarca, pertencentes ao nosso santo instituto. Por último vai o andor da Conceição da Senhora, Padroeira da Ordem Seráfica, riquissimamente ornado, e adiante dele dois formosos anjos com capelas de flores, e palmas. Sobre o mesmo andor vão os Santos Doutores, que defenderão a Conceição Puríssima colocados de joelhos aos pés da Senhora, tudo com a maior grandeza. Segue-se outra figura, que representa a Ordem Terceira da Penitência, vestida de saial por cima, enriquecida de ouro, e diamantes. Pelos lados fazem corpo os das mesas das Ordens Terceiras Franciscana e Carmelita, que por convite anual, e que teve princípio no ano de 1702, nos acompanha em nossa procissão, e lhe correspondemos acompanhando-a na sua, do enterro do Senhor, que fazem na Sexta-Feira maior. Depois das Ordens vai a comunidade franciscana, que por breve apostólico, que para isso tem essa procissão, a qual se fecha com o pálido, e debaixo dele vai o sacerdote com o Santo Lenho, acompanhado de seis anjos formosos com incensários, seis Irmãos com lanternas, e oito com tochas. Faz a Ordem por si e por despesa dos Irmãos Noviços de gastos nesta procissão anualmente ao pé de quatro mil cruzados, suposto que tem próprios os principais ornatos de que se reveste a mesma procissão, como também tem todo o necessário para os demais atos de sua observância.¹⁴⁶

A narrativa de Frei Jaboatão sobre a procissão dos Terceiros de Salvador realça pelo menos dois aspectos marcantes e aparentemente contraditórios do rito seráfico. Nela estão presentes os temas ético-religiosos franciscanos, tais como a dramatização das virtudes morais do cristão penitente e a teatralização do martírio

¹⁴⁶ JABOATÃO, Frei Antônio de Santa Maria. **Novo orbe seráfico brasílico ou crônica dos frades menores da província do Brasil**. v. III. Recife: Assembléia Legislativa de Pernambuco, 1980. p. 307-309.

dos santos do Japão, temas que remetem à pregação ascética de Francisco de Assis e dos Espirituais, seus seguidores, que proclamavam o caminho penitencial como conversão, e a devoção ao sacrifício do Cristo na cruz, como exemplo para a redenção dos pecados dos homens e a cristianização do mundo. As figurações evocativas à doutrina da regra faziam-se acompanhar do aparato rico e pomposo das figuras e da profusão de alegorias do préstito, fortemente imbuído do espírito reformista e propagandista do Concílio de Trento e da cultura barroca. As palavras do cronista da província franciscana realçam a sequência dos andores e a riqueza dos ornatos “cobertos de tela de ouro roxa”, “roupas de galos finíssimos” e “peças de diamantes e ouro batido”. Tudo com “muita propriedade”, “lustro”, “asseio” e a “maior grandeza”. O testemunho de Jaboatão aduz ao relevo social dos homens que formavam a Ordem leiga dos seráficos daquela vila. No seu dizer, a Ordem dispunha de

[...] um bom e abastado patrimônio, não só por este crescimento de seus irmãos, como por serem muitos deles de avultados cabedais, e haverem feito grandes doações à mesma Ordem: tanto para suprimento dela, como para obras pias, sufrágios, esmolas para pobres, dotes para as órfãs, e outras semelhantes de piedade e zelo cristão. Daqui vem mais terem a sua igreja custosa e ricamente ornada, celebrarem com asseio, lustre e custosos aparatos a sua procissão de cinza.¹⁴⁷

Os irmãos Terceiros franciscanos de Salvador constituíam uma das irmandades mais prestigiosas da Bahia. Integravam a Ordem figuras de destaque da elite branca de letrados, senhores de engenho, plantadores de cana e criadores de gado do sertão, os “principais” da governança da capitania. Entre eles, o coronel Domingos Pires de Carvalho, pertencente ao clã dos Garcia D’Ávila, responsável pela construção da capela dos Terceiros em 1702. O pertencimento a uma Ordem religiosa de prestígio era sinônimo de reconhecimento pessoal e de obtenção de privilégios, de acordo com os valores vigentes do Antigo Regime lusitano. Também foram irmãos franciscanos os governadores Afonso Furtado de Castro do Rio de Mendonça, cujas exéquias ocorridas em Salvador, em 1675, foram marcadas pela pompa e pela suntuosidade, e Luís César de Meneses, o

¹⁴⁷ JABOATÃO, Frei Antônio de Santa Maria. **Novo orbe seráfico brasílico ou crônica dos frades menores da província do Brasil**. v. III. Recife: Assembleia Legislativa de Pernambuco, 1980. p. 299.

Conde de Sabugosa, que serviu como ministro da Mesa nos anos de 1707, 1708 e 1709.¹⁴⁸ Entretanto, os magistrados do Tribunal da Relação eram proibidos de fazer parte da Irmandade franciscana. Esse grupo social tendia a integrar a Santa Casa da Misericórdia. A agremiação leiga franciscana estava mais identificada com o poder local. No decorrer do século XVIII, com o “abrasileiramento” dos magistrados, esse quadro foi sendo flexibilizado. A Ordem Terceira seráfica de Salvador primava pelo gosto dos ritos e dava grande importância à perfeição cerimonial dos cortejos.

O desfile dos penitentes de Salvador, registrado pelo frade historiador da Ordem, contrasta fundamentalmente com o quadro da “Procissão das Cinzas de Pernambuco” do soneto de Gregório de Matos. Entretanto, é necessária uma ponderação sobre as diferenças das naturezas dos discursos abordados. Se o soneto, enquanto gênero literário, é mais permeável ao campo ficcional, tanto mais quanto inscrito na clave da retórica persuasiva barroca, a narrativa de Frei Jaboatão pode ser compreendida como uma escrita de cunho mais realista, que se pretendia inserida no campo da história. O franciscano, ao lado do Padre Domingos da Silva Teles, foi sócio fundador da Academia dos Renascidos, estabelecida na Bahia em 1759, para congregar letrados com o propósito de promover estudos abrangendo questões de história, geografia, etnografia e botânica da colônia brasileira.¹⁴⁹ Imbuído da missão de elucidar a história da Ordem franciscana na América portuguesa, Jaboatão foi nomeado, em 1755, cronista da província franciscana, por seus notórios conhecimentos históricos. Sua escrita apresenta uma separação com o discurso teológico, tratando fundamentalmente da ação dos frades na obra da catequese dos índios e na construção de conventos na faixa litorânea do território da colônia, correspondente à atual região Nordeste do Brasil. O seu **Novo orbe seráfico** não é apenas uma

¹⁴⁸ Ver MARQUES, Maria Eduarda Castro Magalhães. **Os azulejos de Ordem Terceira de São Francisco de Salvador**: uma representação simbólica da cultura política barroca portuguesa no Brasil durante o reinado de D. João V. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

¹⁴⁹ Frei Antônio de Santa Maria Jaboatão foi professado no convento franciscano de Paraguaçu (BA) em 1717. Depois de concluir os estudos, dedicou-se por trinta anos à pregação. Além de poeta, foi mestre dos noviços no convento de Igarapé e guardião dos conventos de João Pessoa e do Recife. Ocupou os cargos de definidor, secretário e cronista da província de Santo Antônio. Como historiador, escreveu **O catálogo genealógico das principais famílias que procederam de Albuquerque e Cavalcantis em Pernambuco e Caramuru na Bahia**, importante estudo da genealogia das principais famílias coloniais de Pernambuco e da Bahia. O catálogo foi editado pela **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro** em 1889.

obra rica de informações acerca dos franciscanos, mas compreende também o resultado de um conjunto de pesquisas feitas em arquivos públicos e religiosos da região canavieira da América portuguesa.¹⁵⁰ A escrita do **Novo orbe seráfico** revela-nos a plasticidade do rito penitencial dos Terceiros de Salvador, cuja magnificência era um sinal inequívoco da distinção social dos membros da Irmandade seráfica. No soneto de Gregório de Matos, a ênfase recai nas origens raciais dos “personagens” que acompanham o préstito olindense, identificados com a ralé da sociedade colonial. O poeta também faz alusões satíricas à pobreza dos seis andores em “debita reverencia”. Na obra gregoriana, a tradicional procissão das cinzas dos leigos seráficos de Olinda apresenta-se destituída de qualquer simbologia de distinção social de seus membros.

4.2.

A procissão das cinzas dos Terceiros de Olinda no período *ante bellum*

Em que pese a ênfase satírica do poeta, em fins do século XVII, o desfile das cinzas de Olinda parece não ter partilhado da grandiosidade dos ritos penitentes realizados nas principais vilas da colônia da região açucareira e também daqueles organizados na região das minas, onde predominavam as Ordens Terceiras, marcados pela composição das elites locais, pelo aparato de seus andores, ornamentos e atividades musicais.¹⁵¹ Entretanto, se não o mais rico, o préstito dos Terceiros olindenses se amparava na prerrogativa que gozava a Ordem Terceira da Penitência de São Francisco de Olinda de ter sido a mais antiga instituição seráfica da América portuguesa, fundada entre 1555 e 1575,

¹⁵⁰ José Antônio Gonsalves de Mello, em sua introdução à edição fac-similar do **Novo orbe seráfico brasílico**, impressa em 1978 e 1980 pela Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, ressalta que Frei Jaboatão baseou a escrita do seu **Novo orbe seráfico** em conhecimentos históricos amplos a respeito das crônicas regionais sobre a colônia brasileira: **Memórias diárias**, **O valeroso Lucideno**, **Castrioto lusitano**, **História da Guerra Brasília** e **Anais históricos do Maranhão**. O frade utilizou a literatura produzida pelos membros das Ordens religiosas – Baltasar Teles, Frei Francisco Soledade, Simão de Vasconcelos – e as histórias dos santos, dos mártires e de devoções especiais – **O agiológio lusitano** e o **Santuário mariano**. Jaboatão também tinha conhecimentos sobre a história de Portugal.

¹⁵¹ Adalgisa Arantes Campos destaca a riqueza da cultura artística desenvolvida pelos Terceiros franciscanos de Minas Gerais, relativamente à procissão das cinzas, notadamente em Vila Rica, onde os Terceiros foram responsáveis também por um grande surto construtivo e ornamental identificado com o desenvolvimento do estilo rococó. CAMPOS, Adalgisa Arantes. As Ordens Terceiras de São Francisco nas minas coloniais: cultura artística e procissão de cinzas. **Estudos de História**, UNESP, Franca, v. 6, n. 2, 1999, p. 121-134.

“muito anterior a fundação do Convento de Olinda”, como observou Frei Jaboatão.¹⁵² O historiador franciscano escreveu sobre a existência em “Marim de Pernambuco” (Olinda) de um religioso Menor que teria construído uma capelinha dedicada a São Roque, onde nela teria iniciado uma Irmandade Terceira, ainda durante a administração do donatário fundador da Nova Lusitânia Duarte Coelho Pereira. Segundo Jaboatão, desde então os moradores da vila podiam vestir o hábito, fazer os exercícios e as obrigações da regra seráfica. Por volta de 1577, o observante Frei Álvaro da Purificação, vindo da Ilha da Madeira, por conta do regime dos ventos, deu nas costas de Pernambuco, permanecendo por um tempo em Olinda, como pregador. Mas Frei Álvaro era mais uma dentre as “luzes errantes neste Novo Orbe”, como escreveu Jaboatão.¹⁵³ A população ansiava por ter permanentemente na vila uma casa dos religiosos franciscanos. Em nome dos fiéis pernambucanos, o donatário Jorge de Albuquerque Coelho, filho de Duarte Coelho Pereira, solicitou a Frei Francisco Gonzaga, ministro geral da Ordem, a fundação de uma Custódia no Brasil. Vivia nesta época em Olinda a viúva do rico agricultor Pedro Leitão, chamada Dona Maria da Rosa, que, ao final do século XVI, doou terreno de sua propriedade para a construção do Recolhimento de Nossa Senhora das Neves, para abrigar um grupo de Terceiras regulares. O Recolhimento de mulheres serviu de base para o estabelecimento definitivo da Ordem dos Frades Menores na vila duartina, a partir de 1584, quando foi criada a Custódia da Ordem franciscana do Brasil, a cargo do Frei Melchior de Santa Catarina. Em 1585, teve início a construção do primeiro convento franciscano na colônia americana, o Convento de Nossa Senhora das Neves, no qual foi instalada a capela dos Terceiros, no corpo da igreja.¹⁵⁴

Não há registro documental a respeito da data precisa referente à primeira saída da procissão das cinzas de Olinda. Sabe-se, entretanto, que a procissão promovida pela Ordem Terceira da vila saiu por volta de 1620, portanto, pelo menos duas décadas antes da procissão dos Terceiros de Salvador, o que garantia

¹⁵² JABOATÃO, Frei Antônio de Santa Maria. **Novo orbe seráfico brasílico ou crônica dos frades menores da província do Brasil**. v. II. Recife: Assembleia Legislativa de Pernambuco, 1980. p. 381.

¹⁵³ JABOATÃO, Frei Antônio de Santa Maria. **Novo orbe seráfico brasílico ou crônica dos frades menores da província do Brasil**. v. II. Recife: Assembleia Legislativa de Pernambuco, 1980. p. 54.

¹⁵⁴ No Convento de Nossa Senhora das Neves de Olinda, Frei Vicente do Salvador começou a escrever a sua **História do Brasil**, terminada em 1627.

a primazia e certas prerrogativas aos irmãos olindenses em relação às demais irmandades franciscanas quanto à organização do rito penitente no ambiente colonial. Apesar de dedicar a parte primeira de sua crônica aos primórdios da devoção seráfica e à instalação definitiva dos religiosos Menores no Convento de Nossa Senhora das Neves, quando se fizeram “estrelas fixas”, Frei Jaboatão, curiosamente, não faz menção à procissão dos Terceiros olindenses, a despeito do tratamento minucioso de sua narrativa no registro dos primórdios e do processo de dilatação da Ordem em direção ao norte da capitania de Pernambuco e também rumo ao sul, até o Rio de Janeiro, por onde os frades capuchos fundaram seus conventos. Neste livro, o historiador franciscano também se dedica à saga da viagem da missão de Frei Santa Catarina de Melchior, à criação da Custódia de Santo Antônio do Brasil, oriunda da província de Santo Antônio de Portugal, e às querelas relativas à confirmação da Custódia encabeçadas por Frei Francisco de São Boaventura da Bahia.

Entretanto, da crônica histórica de Jaboatão, é possível apreender a sociabilidade e poder dos primeiros seráficos olindenses. Esta aduz à origem “aristocrática” da formação da Ordem Terceira de Olinda à época de sua criação, no último quartel do século XVI. Felipe Cavalcanti e sua esposa Dona Catarina de Albuquerque, membros de ramos familiares identificados com os primeiros colonos agricultores de cana-de-açúcar e fundadores da Nova Lusitânia, logo tomaram o hábito franciscano, quando da chegada da missão de Frei Santa Catarina de Melchior. Felipe Cavalcanti, considerado homem de grande autoridade, “ilustre fidalgo florentino”, fugido de sua cidade por uma conspiração contra Cosmo de Médicis, teria passado a viver em Portugal por volta de 1558, quando se transferiu para Pernambuco para dedicar-se à produção do açúcar.¹⁵⁵ Dona Catarina de Albuquerque era filha bastarda do fidalgo português Jerônimo de Albuquerque, cunhado do donatário Duarte Coelho Pereira, chamado o “Adão pernambucano”, em consórcio com a índia Arcoverde; era ainda prima do

¹⁵⁵ Em **Rubro veio**, Evaldo Cabral de Mello pondera sobre a possibilidade de fraude na certidão do título de nobreza de Felipe Cavalcanti. “Em 1683, os Cavalcanti obtiveram em Florença a cópia autenticada de uma certidão, datada de 1559, na qual o mesmo Grão-Duque contra o qual Felipe Cavalcanti teria conspirado, declarava sua origem nobre. Transcreveram-na com certa fanfarra tanto Borges da Fonseca quanto Frei Antônio de Santa Maria de Jaboatão no seu *Catálogo Genealógico*, mas apesar de terem-na apresentado como documento irretorquível, há bons motivos para se descrer da sua autenticidade”. CABRAL DE MELLO, Evaldo. **Rubro veio**. O imaginário da Restauração pernambucana. 2. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997. p. 184-185.

donatário Jorge de Albuquerque e neta de Lopo de Albuquerque. Jaboatão também registrou o ingresso na comunidade seráfica do Recolhimento da devota Dona Maria da Rosa de Cosma, Isabel e Luíza, filhas legítimas de Jerônimo de Albuquerque com Dona Felipa de Melo. Do “nobre” clã dos Albuquerque, tronco familiar proveniente de Dona Brites de Albuquerque, esposa de Duarte Coelho Pereira, também figura na Ordem Terceira de Olinda o nome de Dona Inês de Albuquerque. Jaboatão também se refere ao capitão-mor D. Felipe de Moura, que governou a capitania de Pernambuco entre 1593 e 1595. Felipe de Moura era oriundo da nobreza da corte portuguesa, enraizado na Nova Lusitânia ao tempo de Duarte Coelho Pereira. Evaldo Cabral de Mello anotou que Felipe pertencia a um dos “raros troncos fidalgos estabelecidos na Bahia e em Pernambuco antes de 1625-1630”.¹⁵⁶ Ele adveio da pequena nobreza do norte de Portugal, marginalizada pelo morgadio, pela crise do sistema senhorial e pelas disputas de posições do Paço. Protetor da Ordem seráfica, Felipe de Moura mandou construir um carneiro de mármore na parede da capela-mor, ao lado do Evangelho.

A crônica de Jaboatão permite, portanto, o cotejamento da adesão à Ordem Terceira de Olinda de membros das primeiras famílias povoadoras, chegadas a Pernambuco com o donatário Duarte Coelho Pereira, para fundar a Nova Lusitânia. O texto possibilita também a extração de algumas indicações relativas ao relevo social da agremiação leiga no momento da fixação da Ordem Primeira em Olinda. A descrição feita por Frei Jaboatão do evento festivo relativo à instalação dos frades fundadores da Ordem no convento doado pela Terceira Dona Maria da Rosa, em 1585, revela a mobilização aparatosa dos homens da governança da vila de Olinda de então:

¹⁵⁶ CABRAL DE MELLO, Evaldo. **Rubro veio**. O imaginário da Restauração pernambucana. 2. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997. p. 416.

Para este, assim, e na forma em que tinha fabricado a sua Fundadora, se passarão das casas, em que até então assistirão junto à Misericórdia, os nossos Religiosos, no dia quatro de outubro, solenidade festiva do Seráfico N. P. S. Francisco, do já referido ano de 1585. Junto um e outro povo, o Clero com seu Reverendo Vigário Geral, o secular com o Senado, e Câmara, e mais nobreza com numeroso concurso na Santa Casa da Misericórdia, daí sairão em uma bem composta e ordenada Procissão, a que presidia, com o Governador da terra, o Vigário Geral, e Padre Custódio, entoado o festivo cântico *Te Deum Laudamus*, até o Convento, pela rua direita, que estava toda ornada em arcos triunfais, e verdes palmas, anunciadoras felizes de muitas vitórias, que estes novos conquistadores hão de alcançar do comum inimigo.¹⁵⁷

Se da narrativa de Frei Jaboatão é possível aferir as origens “aristocráticas” da Ordem Terceira de São Francisco de Olinda, quando do momento de sua criação no século XVI, é preciso também refletir sobre as razões de seu silêncio com relação à realização do tradicional rito penitente dos seráficos da vila duartina. A procissão olindense certamente não escapou à crônica acurada do frade historiador por descuido, mas talvez pelo fato de o préstito nunca ter experimentado em Olinda a relevância e a magnificência que veio a alcançar em outras vilas coloniais. As circunstâncias históricas específicas da capitania de Pernambuco podem ter sido determinantes para a falta de “grandeza” da procissão das cinzas dos Terceiros em Olinda.

Durante as primeiras décadas do século XVII, no período *ante bellum*, a vila duartina, “cabeça” da Nova Lusitânia, vivia o auge da grandeza da produção açucareira da capitania. De acordo com os estudos realizados por Stuart Schwartz, em 1550 o primeiro donatário Duarte Coelho Pereira pôde dar conta ao rei da existência de cinco engenhos em funcionamento na capitania. Em 1580, segundo alguns cronistas, Pernambuco já possuía 66 engenhos. Outros relatos feitos entre 1583 e 1585 indicam um número maior, entre 108 e 128 unidades produtivas. A “discrepância numérica” dos diferentes relatos, conforme Schwartz, não reduz a preponderância da produção açucareira da capitania de Pernambuco, inegavelmente a principal região produtora de açúcar da América portuguesa.¹⁵⁸ A lavoura da cana-de-açúcar era incentivada pela Coroa. Os senhores de engenho gozavam de privilégios e isenções fiscais para a instalação de novos engenhos e

¹⁵⁷ JABOATÃO, Frei Antônio de Santa Maria. **Novo orbe seráfico brasílico ou crônica dos frades menores da província do Brasil**. v. II. Recife: Assembleia Legislativa de Pernambuco, 1980. p. 145-146.

¹⁵⁸ SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos internos**. Engenhos e escravos na sociedade colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p. 34.

canaviais. Também era proibida a execução de penhoras dos bens dos produtores de açúcar. Com o desenvolvimento das lavouras no massapê das terras litorâneas sul de Pernambuco, floresceram também em opulência e grandeza os agricultores e senhores de engenho da capitania.

O historiador Francisco Augusto Pereira da Costa (1851-1923), valendo-se da crônica setecentista do dominicano Domingos José Loreto Couto (c. 1700-1757), **Desagravos do Brasil e glórias de Pernambuco**, resume, em seus **Anais pernambucanos**, a pujança econômica de Pernambuco nas primeiras décadas do século XVII:

À invasão holandesa em 1630 florescia o comércio animado por especulações e lanços vantajosos, encontrando os gêneros coloniais pronta saída e preços compensadores, impulsionando assim o alargamento da esfera de ação produtora, e particularmente ocupando o primeiro lugar os produtos da indústria açucareira pela quantidade e vantajosos preços reputados nos mercados consumidores, graça à superior qualidade do gênero, vinha daí, naturalmente, o alargamento da esfera de ação do seu fabrico, que teve tal desenvolvimento, que na época campeava na florescente colônia 150 engenhos ou fábricas de açúcar, melaço e aguardente, cuja safra anual daquele primeiro produto regulava média de 150 mil arrobas.¹⁵⁹

Ainda que pese o franco favoritismo de Loreto Couto e de Pereira da Costa pelas virtudes empreendedoras e aristocráticas dos agricultores produtores de cana-de-açúcar, às vésperas da chegada da esquadra neerlandesa do almirante Hendrick Loncq, a capitania de Pernambuco continuava a figurar como a mais rica e próspera da América portuguesa – embora, nas primeiras décadas do século, a produção e o comércio do produto já tivessem enfrentado certo decréscimo resultante do preço do açúcar no mercado internacional.¹⁶⁰

¹⁵⁹ COSTA, F. A. Pereira da. **Anais pernambucanos**: 1493-1590. v. 2. Recife: Arquivo Público Estadual, 1951. p. 4.

¹⁶⁰ Em **Olinda restaurada**, Evaldo Cabral de Mello analisa os estudos realizados pelos historiadores da economia Pierre Chaunu e Frédéric Mauro, que apontam para o fim da primeira fase da expansão da economia açucareira por volta do ano de 1600, seguida de um período de estabilidade até 1625. Cabral de Mello menciona ainda Stuart B. Schwartz, que adotou uma nova periodização, considerando os anos entre 1612-1630 de relativa expansão da atividade açucareira, notadamente no Recôncavo baiano, em virtude da introdução tecnológica da moenda de três cilindros verticais, ou o “engenho de três paus”. CABRAL DE MELLO, Evaldo. **Olinda restaurada**. Guerra e açúcar no Nordeste 1630-1654. 2. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998. p. 88.

A crer na descrição do franciscano Frei Manuel Calado do Salvador, em sua obra acerca da guerra contra os holandeses, **O valeroso Lucideno e o triunfo da liberdade**, publicada em 1648, não havia em Olinda, antes da ocupação holandesa, um ambiente social muito propício à obediência aos rígidos princípios seráficos, de origem medieval, que postulavam uma volta às origens de uma *ecclesia primitiae* na forma da observação da regra de uma perfeição evangélica de renúncia à vida mundana e penitência dos pecados. A temática da confissão, acompanhada da contrição e da expiação dos pecados, adotada pelo Concílio de Trento e difundida pelo espetáculo do cortejo público da penitência, era por demais ascética para os olindenses de então. Na procissão das cinzas, tradicionalmente figuravam disciplinas, cilícios, caveiras e outros objetos relativos à mortificação do corpo, questão central para o pensamento religioso cristão. O espetáculo alegórico da procissão das cinzas, inspirado no catolicismo reformado, não vingou em Olinda. A vila, sede urbana dos senhores de engenho, vivia inebriada pela euforia da riqueza do açúcar. Assim relatou Frei Calado:

Quem se houvesse achado na vila de Olinda, cabeça da grande capitania de Pernambuco, e das demais da parte o Norte, antes que os holandeses a ocupassem, e a tornasse a ver depois que nela entraram os holandeses, e a renderam, sem muito parafusar, em breve alcançaria que havia sobre ela caído a vara da divina justiça; a instância dos pecados em que estava rondada. Era aquela república, antes da chegada dos holandeses, a mais deliciosa, próspera, abundante e não sei se me adiantarei em dizer a mais rica de quantas ultramarinas o Reino de Portugal tem debaixo de sua coroa e cetro. O ouro e a prata eram sem número e quase não se estimava o açúcar, tanto que não havia embarcações para o carregar, que com entrarem cada dia, e saírem de seu porto grandes frotas de naus, navios e caravelas, e se andarem as embarcações encontrando umas com outras, em tal maneira, que os pilotos faziam mimos, e regalos aos senhores de engenhos, e lavradores, para que lhes dessem suas caixas, não se podia dar vazão ao muito que havia. As delícias de mantimentos e licores, eram todos os que se produziam assim no Reino, como nas ilhas. O fausto e o aparato das casas era excessivo, porque por muito pobre, e miserável que se tinha o que não tinha seu serviço de prata. Os navios que vinham de arribada, ou furtados aos direitos do Peru, ali descarregavam o melhor que traziam. As mulheres andavam tão louças e tão custosas, que não se contentavam com tafetás, chamalotes, veludos e outras sedas, senão que arrojavam as finas telas, e ricos brocados; e eram tantas as joias com que se adornavam, que pareciam chovidas em suas cabeças, e gargantas as pérolas, rubis, esmeraldas e diamantes. Os homens não haviam adereços custosos de espadas e adagas nem vestidos de novas invenções, com que não ornassem os banquetes cotidianos, as escaramuças, os jogos de canas, em cada festa se ordenavam, tudo eram delícias, e não parecia esta terra senão um retrato do terreal paraíso.¹⁶¹

¹⁶¹ CALADO, Frei Manuel. **O valeroso Lucideno e o triunfo da liberdade**. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1987. p. 47-48.

Para Frei Calado, a abundância excessiva da riqueza gerada pelo açúcar trouxe também o pecado e o vício para os moradores de Olinda. Imperava na vila duartina a “ladroice”, o “roubo”, os “amancebamentos públicos”, os “adultérios”, os “estupros” e as “mortes”. Aos olhos do franciscano, a ocupação holandesa serviu como punição divina “às usuras, onzenas e ganhos ilícitos” promovidos pelos cristãos novos atraídos pelo comércio do açúcar. Frei Calado identifica uma deterioração moral da vida pública e privada em Olinda nos anos anteriores à ocupação holandesa. Frei Jaboatão compartilha com Frei Calado o juízo sobre a riqueza de Olinda no século que se seguiu entre sua fundação e o assalto dos holandeses. Também para Jaboatão, a destruição da vila pelos flamengos foi uma consequência de sua opulência:

[...] no decurso de cem anos, desde o de 1530, da sua fundação até o de 1630, em que foi tomada, e destruída depois pelos holandeses, chegou a tanta opulência de riquezas, e grandeza de edifícios, que só de ruas passeavam os seus colonos setenta e duas principais. E suposto se acha hoje bastantemente reedificada, ainda os que discorrem por ela, ou se desviam para qualquer do seu alto, baixas e quebradas, só topam com ruínas de seus antigos edifícios, e pedras que servem de escândalo fatal à vista, e de mágoa terníssima à memória, que por força lhe há de ocorrer, que o nome de Olinda, que lhe deram, assim como foi presságio feliz de sua futura grandeza, foi também anúncio triste de sua vindoura fatalidade, em que só com a breve, e ligeira mudança de uma letra, se havia tornar Olanda, a que era Olinda, destino fatal, e que acompanha de ordinário as coisas, grandes, que com seu mesmo crescimento acrescentam e acarretam a sua própria ruína.¹⁶²

O aumento da riqueza de Pernambuco no começo do século XVII, o luxo e a prodigalidade dos moradores de Olinda, bem como a distensão da moralidade e da observância dos princípios religiosos católicos suscitaram interpretações providencialistas com respeito à destruição de Olinda pelo invasor holandês. Em **Rubro veio**, Evaldo Cabral de Mello estuda as leituras providencialistas relativas à conquista holandesa de Pernambuco, que oscilavam entre a noção de providência divina medieval e da “roda da fortuna” renascentista. Segundo Cabral de Mello, os cronistas luso-brasileiros viam a queda de Olinda como um castigo

¹⁶² JABOATÃO, Frei Antônio de Santa Maria. **Novo orbe seráfico brasílico ou crônica dos frades menores da província do Brasil**. v. II. Recife: Assembléia Legislativa de Pernambuco, 1980. p. 143.

divino pelos pecados dos moradores de Pernambuco ou como uma alternância da fortuna do luxo e riquezas aos vícios e abusos.¹⁶³

4.3.

A nobreza da terra olindense na Câmara e na Misericórdia

A procissão da penitência dos leigos franciscanos começou a desfilar pelas ruas de Olinda em um momento de muita conspicuidade, luxo e opulência dos senhores de engenho, que costumavam só permanecer na vila entre os meses de fevereiro e junho, para atender a um calendário festivo, do carnaval ao São João, como observou Gilberto Freyre.¹⁶⁴ Além de não habitarem na vila durante todo o ano, pois se ocupavam da safra e da moenda nos seus engenhos, os agricultores de cana e produtores de açúcar e suas famílias vinham para Olinda para exercer uma sociabilidade essencialmente urbana no Senado da Câmara e na Santa Casa da Misericórdia, onde se ocupavam, respectivamente, da governança da terra e das obras de caridade cristã, tais como a assistência aos pobres, a administração de hospital, o acompanhamento dos enfermos e o enterro dos mortos. Os membros da Misericórdia comandavam também atividades espirituais, promoviam diversas cerimônias litúrgicas e desfrutavam do privilégio do uso de vestuário e insígnias próprias, por ocasião dos enterros e procissões. Na Olinda *ante bellum*, as duas instituições, “pilares gêmeos da sociedade colonial portuguesa”, a Câmara e a Misericórdia, agregavam “açucarocracia”, conformando a esfera do poder local. O provérbio alentejano recuperado por Charles Boxer, em seu estudo clássico **O Império marítimo português**, “quem não está na Câmara está na Misericórdia”, era muito pertinente à elite da sociedade olindense de então.¹⁶⁵

A Santa Casa da Misericórdia de Olinda foi fundada provavelmente em 1539, logo após o povoado ter recebido de D. João III o título de vila, em 1534.¹⁶⁶

¹⁶³ CABRAL DE MELLO, Evaldo. **Rubro veio**. O imaginário da Restauração pernambucana. 2. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

¹⁶⁴ FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**. 22. ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1983. p. 260.

¹⁶⁵ BOXER, Charles R. **O Império marítimo português 1415-1825**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 299.

¹⁶⁶ De acordo com Pereira da Costa, em 1540 já existiam em Olinda a igreja de Nossa Senhora da Luz e a Santa Casa da Misericórdia com seu hospital, conforme a escritura de demarcação de terras que consta no Livro de Tombo da freguesia de Nossa Senhora da Luz. Os primeiros tempos da Misericórdia de Olinda foram obscuros. Entretanto, a documentação relativa à demarcação do

Tradicionalmente, as Misericórdias, criadas no âmbito das possessões imperiais, funcionavam com uma representação dual de nobres e oficiais mecânicos, ainda que tenha sido uma constante a separação entre os irmãos nobres, os de primeira qualidade, e os irmãos mestres artesãos e mercadores, considerados de segunda qualidade, portanto, não habilitados ao exercício dos cargos mais relevantes. A Misericórdia de Olinda foi reduto quase exclusivo dos proprietários ligados ao cultivo da cana e à produção do açúcar, isto é: da “aristocracia” canavieira local, refratária ao ingresso das camadas mercantis. Por conta das exigências de admissão relativas à “limpeza de sangue”, fechada a judeus, mouros, descendentes de índios ou de negros, assim como de indivíduos portadores de “defeito mecânico”, ou seja, que ganhavam a vida com trabalho manual, a Misericórdia de Olinda cristalizou-se como aquilo que António Hespanha define como “espaço social simbólico exemplar” das elites locais,¹⁶⁷ nomeadamente daqueles proprietários descendentes das famílias dos primeiros colonos afidalgados chegados com o donatário Duarte Coelho, fidalgo da Casa Real, sua esposa D. Brites Albuquerque Coelho e o cunhado Jerônimo de Albuquerque para o povoamento da Nova Lusitânia.

De acordo com Evaldo Cabral de Mello, após a Restauração da suserania portuguesa, na segunda metade do século XVII, a fidalguia local descendente dos colonos fixados na capitania durante o período *ante bellum* metamorfoseou-se, passando a reivindicar o estatuto de uma “nobreza da terra”, em oposição à emergência dos comerciantes cristãos velhos de origem humilde que se estabeleceram na “praça” do Recife. A participação ativa na guerra da Restauração de Pernambuco foi uma prerrogativa para a constituição de uma nobreza civil, baseada na prestação de serviços ao soberano, chamada “nobreza da terra”. Entretanto, enquanto construção ideológica, os membros da autoproclamada “nobreza da terra” não estavam isentos de “defeito de qualidade”, de “sangue impuro”, conforme demonstrou Cabral de Mello, em seu estudo sobre a saga das “provanças” genealógicas de Felipe Pais Barreto, para obtenção do hábito de cavaleiro da Ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo, uma das maiores

terreno comprova ter sido a de Olinda a primeira Misericórdia fundada na colônia brasileira. E não a da vila de Santos, de 1543.

¹⁶⁷ HESPANHA, António Manuel. **As vésperas do Leviathan**. Instituições e poder político: Portugal – séc. XVII. Coimbra: Livraria Almedina, 1994. p. 318-319.

insígnias de prestígio e de estima social vigentes no espectro de valores do Antigo Regime português transplantados para a colônia.¹⁶⁸ Vivendo a lei da nobreza, em riqueza e opulência, no ambiente exclusivo criado pelas regras rigorosas de admissão, na Santa Casa da Misericórdia de Olinda estava lotada a “nobreza da terra”. O pertencimento à instituição era um sinal distintivo de qualidade e de “nobreza”.¹⁶⁹

Os compromissos fundadores das Misericórdias criadas nas diversas regiões do Império deviam obedecer aos princípios estabelecidos no compromisso da Misericórdia de Lisboa, redigido pela primeira vez em 1577 e depois revisto em 1618, nos quais estavam estabelecidos os critérios restritivos de acesso vetado às mulheres, aos pobres, aos impuros de sangue e àqueles que trabalhavam com as mãos. Ainda que regida pelo mesmo compromisso, a instituição olindense apresentou algumas especificidades, diferenciando-se, por exemplo, com relação à entidade congênere de Salvador, no tocante à composição social de seus membros e ao abrandamento das regras de exclusão. De acordo com A. J. R. Russell-Wood, a Santa Casa soteropolitana registrou, com frequência, a ocupação do cargo de provedor por parte dos principais agentes da administração imperial e de governadores, a exemplo de Mem de Sá em 1560 e Afonso Furtado de Castro do Rio de Mendonça em 1671, entre outros. Além de criadores de gado e senhores de engenho, a Misericórdia de Salvador foi permeável à admissão de mercadores e de financistas, principalmente a partir da crise do açúcar de 1680. Em 1700, a instituição recebeu um vultoso legado por parte de João de Mattos Aguiar, um

¹⁶⁸ Em **O nome e o sangue**, Cabral de Mello estuda o processo das provanças póstumas de Felipe Pais Barreto, filho do 4º morgado do Cabo e descendente de João Pais Barreto, um dos mais ilustres colonos fixados na capitania no século XVI. O historiador levanta a questão da presença de sangue converso em vários troncos das famílias antigas que vieram povoar a Nova Lusitânia, tema ocultado pelos genealogistas coloniais. CABRAL DE MELLO, Evaldo. **O nome e o sangue**. Uma parábola familiar no Pernambuco colonial. 2. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000.

¹⁶⁹ De acordo com Evaldo Cabral de Mello, a nobreza dos colonos duartinos foi objeto de mitificação histórica. O estrato fidalgo dos primeiros colonos incluiu também portugueses ricos sem linhagem. “O que se entendia concretamente em Pernambuco por ‘nobreza da terra’? Di-lo o regimento concedido em 1730 ao Senado da Câmara de Olinda pelo governador Duarte Sodré Pereira, ao reservar seu acesso às pessoas da ‘nobreza da terra’, que definia como sendo as ‘limpas de sangue e de geração verdadeira, nobres, infanações, fidalgos da Casa real e descendentes dos conquistadores e povoadores da terra, que ocuparam cargos civis e militares, e os perpetuaram em suas famílias’. A ‘nobreza da terra’ compreendia, portanto, duas categorias principais de indivíduos: os colonos de ascendência nobre do Reino e os moradores descendentes dos primeiros troncos, socialmente depurados pelo exercício dos ‘cargos honrosos da república’, isto é, das funções locais administrativas e militares”. CABRAL DE MELLO **Rubro veio**. O imaginário da Restauração pernambucana. 2. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997. p. 181.

destacado financista e membro da comunidade comercial de Salvador.¹⁷⁰ Grosso modo, pode-se dizer que a Misericórdia de Olinda era menos inflexível ao ingresso de pessoas com “defeito de sangue” e mais intransigente quanto ao “defeito mecânico”, ao contrário do que ocorreu em Salvador, onde os irmãos permitiram, ao fim do século XVII, o acesso de pessoas com “defeito mecânico”. Apesar das diferenças, em nível local, as Santas Casas da Misericórdia de Olinda e de Salvador ocuparam os primeiros lugares na hierarquia associativa.

Com o número de irmãos limitado, o pertencimento à Misericórdia era um sinal distintivo de superioridade na escala social, em que vigorava a ideologia da “nobreza” em espetáculo. Em Olinda, onde prevaleceu o caráter marcadamente oligárquico da agremiação, seus membros tenderam a aliar o princípio de caridade cristã com o de representação social. No seu **Diálogos das grandezas do Brasil**, composto em 1618, o médico Ambrósio Fernandes Brandão, na figura de Brandônio, relata o gosto pelo luxo e a liberalidade dos senhores de engenho na administração da Misericórdia olindense:

Eu vi já afirmar a homens mui experimentados na corte de Madri que não se traja melhor nela do que se trajam no Brasil os senhores de engenho, suas mulheres e filhas e outros homens afazendados e mercadores. E prova disso quero dar somente um assaz bastante, a qual é que na capitania de Pernambuco há uma Casa da Misericórdia, a qual faz despesa em cada um ano na obrigação dela, treze, catorze mil cruzados, pouco mais ou menos; estes são dados de esmola pelos moradores da mesma capitania por não ter a casa de renda coisa que seja de consideração, e tanto isto é assim, que os provedores que se sucedem para o seu serviço, em cada ano, gastam de sua bolsa mais de três mil cruzados, e as demais capitanias todas têm Misericórdia também, nas quais se gastam igualmente muito dinheiro; mas nesta de Pernambuco se faz com mais excesso.¹⁷¹

Para a Santa Casa da Misericórdia e seu hospital, eram revertidos amplos cabedais. Os grandes legados estavam associados à riqueza e ao poder social dos doadores, sinônimo de “nobreza” e de estatuto social privilegiado. João Pais Barreto, o velho, foi um dos destacados beneméritos da instituição. Pais Barreto, oriundo da pequena nobreza do Minho, detinha uma das maiores fortunas de Pernambuco e da colônia brasileira na segunda metade do século XVI. Ele

¹⁷⁰ RUSSELL-WOOD, A. J. R. **Fidalgos e filantropos**. A Santa Casa de Misericórdia da Bahia, 1550-1755. Brasília: Editora de Universidade de Brasília, 1981.

¹⁷¹ Apud GONSALVES DE MELLO, José Antônio (Org.). **Diálogos das grandezas do Brasil**. 2. ed. Recife: Imprensa Universitária, 1966. p. 91.

recebeu uma sesmaria próxima ao Cabo de Santo Agostinho, na zona da mata sul da capitania, como recompensa por ter lutado contra os índios. Tornou-se senhor de mais de oito engenhos, que legou aos filhos, tendo fundado em 1560 o Morgado de Nossa Senhora da Madre de Deus do Cabo de Santo Agostinho, o primeiro morgadio das terras americanas, vinculado ao engenho da Madre de Deus, também chamado “engenho velho”, o primeiro engenho banguê. João Pais Barreto tinha especial predileção pela Santa Casa, onde serviu como provedor por diversos anos. Em reconhecimento, os irmãos conferiram-lhe o padroado da capela-mor da igreja, onde construiu um jazigo para sua sepultura, e onde também constava, lavrado em pedra, o brasão de armas de sua família. Pais Barreto faleceu em 21 de março de 1617, no hospital da Misericórdia, que foi fundado por ele. Jerônimo de Albuquerque também legou para a Misericórdia, em 1584, uma esmola de 50 mil cruzados para que seu corpo fosse conduzido pelo provedor e pelos irmãos da Santa Casa ao seu jazigo na capela do engenho de Nossa Senhora da Ajuda, o primeiro a entrar em funcionamento na capitania.

A procissão das cinzas dos leigos franciscanos, espetáculo religioso voltado para a disciplina, a penitência, o reconhecimento público dos pecados, assim como para a afirmação da precariedade da vida mundana, na exterioridade de exemplos ascéticos, pode não ter sensibilizado a “aristocracia” canavieira, inebriada com a riqueza proveniente da lavoura do açúcar. Como bem observou Sebastião da Rocha Pitta, em sua **História da América portuguesa** (1730), de forma insuspeita, por ter sido ele próprio descendente das “principais” famílias pernambucanas fixadas na Bahia, à época da ocupação holandesa, os pernambucanos vivendo com regalo e magnificência “pareciam menos observantes na religião”.¹⁷² Com efeito, a dramatização do rito penitente, remanescente da sensibilidade devocional do século XIII, “um século dos penitentes”, como escreveu Jacques Le Goff, associado ao caráter educativo da lógica pedagógica da Reforma católica, parece não ter encontrado adeptos tão fervorosos em Olinda.¹⁷³ As despesas de ostentação relacionadas ao culto e aos ritos religiosos, tais como os gastos com as procissões, a encomenda de alfaias e a construção de capelas e sepulturas, eram primordialmente destinadas à Santa Casa

¹⁷² PITTA, Sebastião da Rocha. **História da América portuguesa**. Rio de Janeiro: W. M. Jackson Editores, 1952. p. 183.

¹⁷³ LE GOFF, Jacques. **São Francisco de Assis**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2005. p. 231.

da Misericórdia. As cerimônias e as liturgias públicas organizadas pela Misericórdia conquistaram a preferência dos senhores de engenho e de seus familiares. Talvez por esses motivos, a procissão das cinzas dos Terceiros da vila duartina não tenha alcançado a mobilização e o esplendor condizentes com o estrato social dos membros fundadores da Irmandade. Embora tenham iniciado a tradição da procissão no âmbito do território colonial, os Terceiros olindenses careciam de ânimo, disciplina devocional e de fundos para realizar o desfile do principal rito do calendário seráfico na colônia, com a mesma pompa e magnificência dos irmãos de Salvador. Ao contrário da cidade da Bahia, onde a Santa Casa dividia com a Ordem Terceira de São Francisco as afiliações da aristocracia rural e, principalmente, dos altos funcionários da Coroa portuguesa, em Olinda, sem a presença significativa deste último segmento social, a Misericórdia ocupava a posição quase exclusiva de proeminência social, composta pelos agricultores e produtores de cana-de-açúcar. Os irmãos da Misericórdia associavam a vivência religiosa aos encargos assistenciais e espirituais dos doentes sem assistência, dos defuntos carentes, dos presos e condenados.

4.4.

A procissão de Olinda após a Restauração, entre as prerrogativas e a decadência

A procissão das cinzas da Irmandade franciscana de Olinda sofreu os reveses da trajetória histórica capitania. Se, no período anterior a 1630, é possível supor as razões que contribuíram para a falta de empenho e de magnificência por parte da açucarocracia olindense na organização do cortejo das cinzas da vila duartina, durante e após a ocupação holandesa, o quadro de desprestígio e de negligência do préstito só veio a se acentuar. O assalto à vila seguido de um incêndio devastador provocado pelo inimigo batavo, na noite de 25 de novembro de 1631, trouxe danos físicos irreversíveis para Olinda. O convento de Nossa Senhora das Neves, berço da Ordem franciscana na América portuguesa, foi profanado e parcialmente incendiado pelos invasores hereges. Doze religiosos continuaram a habitar o convento, até o ano de 1639, quando foram dali retirados, e as instalações do convento foram esvaziadas. Em 1638, a pedido dos ministros protestantes, o conde Maurício de Nassau decretou a proibição da saída de

procissões católicas, também por conta das conspirações constantes do clero católico contra o governo holandês. As manifestações do culto católico passariam a ser feitas nos interiores das igrejas, o que embora nem sempre tenha sido observado. A insistência em organizar procissões nos dias dos santos mais celebrados ou por ocasião dos enterramentos era motivo de conflito e de geração de violência entre as autoridades holandesas e a população das principais vilas da capitania. Com a destruição da vila duartina, o esvaziamento do convento de Nossa Senhora das Neves e a proibição do culto católico público, a procissão da cinzas promovida pelos Terceiros olindenses provavelmente feneceu durante o período holandês, principalmente considerando a retirada dos senhores de engenho e de suas famílias para o meio rural ou para a Bahia.

Após a Restauração do domínio português, em 1654, Olinda jamais recuperou sua importância. A vila acrópole, fundada sobre cinco colinas, consoante com o modelo lisiponense, transformou-se em um “amontoado de pedras” e não logrou reconstruir seus principais edifícios, vias e logradouros públicos.¹⁷⁴ A decisão do conde Maurício de Nassau de construir a Mauritsstadt nas adjacências da ilha de Antônio Vaz e do istmo do Recife, próxima ao porto, para ali instalar a sede do Brasil holandês em 1639, com a transferência da Câmara dos Escabinos de Olinda, foi fatal para o destino da vila duartina. Durante seu governo, Nassau publicou um edital proibindo a construção de novas casas e a reconstrução dos edifícios destruídos de Olinda. Evacuada e incendiada, a reconstrução de Olinda tornou-se um símbolo de resistência contra o invasor holandês. Entretanto, após a rendição dos batavos, o governador Francisco Barreto de Menezes (1654-1657) preteriu Olinda como sede da administração régia, por conta do estado de ruína em que se achava a vila. Sua reconstrução e fortificação seriam por demais onerosas. A capitania de Pernambuco estava debilitada com o cerceamento da moeda circulante e a escassez de escravos pelo aumento do quilombo dos Palmares e a descoberta das minas, que demandava mão de obra. Ao assumir o governo da capitania, André Vidal de Negreiros, sucessor imediato de Barreto, determinou, em 1657, a transferência da

¹⁷⁴ A expressão é de Servaes Carpentier, médico de Utrecht, membro do Conselho Político do governo holandês, citado por GONSALVES DE MELLO, Jose Antônio. **Tempo dos flamengos.** Influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do Norte do Brasil. 3. ed. Recife: Editora Massangana, 1987. p. 59.

administração para Olinda, à revelia do governo geral sediado em Salvador, então ocupado pelo ex-governador Barreto de Menezes, gerando sérios conflitos de jurisdição administrativa. A vila duartina não oferecia condições mínimas para sediar o governo. Seus principais edifícios estavam em escombros, como a Matriz e a Casa do Senado da Câmara. Em 1663, a Coroa, contudo, ainda chegou a permitir que Olinda voltasse a sediar oficialmente a “cabeça da capitania”. Mas o seu esvaziamento provava-se irrecuperável em razão da distância do porto e, principalmente, do empobrecimento e da ruralização dos “aristocratas” do açúcar. Entretanto, em agosto de 1666, os “principais” pertencentes à Câmara da vila irromperam contra o governador Jerônimo de Mendonça Furtado, o Xumbergas, levando-o preso pelas ruas da cidade. Em 1669, a alfândega foi transferida para o Recife. A ordem régia de 1671, que obrigava os proprietários a reedificar seus edifícios, não resultou muito eficaz, pois os impostos relativos ao “donativo da rainha da Grã-Bretanha e paz da Holanda”, uma das causas da deposição do governador, e a depressão da produção do açúcar, registrada a partir de 1670, com a concorrência dos engenhos das Antilhas, não permitiram os investimentos necessários à recuperação da vila.

Embora arruinada, em 1676, foi instalada em Olinda a sede do Cabido, em articulação ao regime do padroado real, portanto sob o controle direto e imediato da Coroa, em uma tentativa de transformar a vila em uma espécie de “burgo episcopal”, como na expressão de Evaldo Cabral de Mello.¹⁷⁵ A matriz do Salvador do Mundo, muito danificada pelos holandeses, recebeu recursos especiais da Câmara, oriundos da receita do vinho, para os trabalhos de sua reconstrução e ornamentação. Da faustosa “Marim de Pernambuco”, restaram os prédios religiosos, que necessitavam de recursos para serem reedificados. Frei Santa Maria de Jaboatão registrou os templos católicos existentes na vila, no ano em que esta se tornou sede do bispado:

¹⁷⁵ CABRAL DE MELLO, Evaldo. **A fronda dos mazombos**. Nobres contra mascates, Pernambuco, 1666-1715. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2003. p. 180.

[...] no ano de 1676, o Pacífico Monarca D. Pedro II a elevou à Catedral, condecorando-a com o primeiro bispo D. Estevão Briosso de Figueiredo, Clérigo, por Bula do Santíssimo Padre Inocêncio XI, que começa: *Ad Sacram Beati Petri Sedem*, de 22 de Novembro de 1676, no primeiro ano de seu Pontificado, e por esta mesma Bula confirma o Santo Padre a honra da cidade, a que, com a nomeação do seu primeiro Bispo, a eleva o mesmo Príncipe Regente; o que mais logrou o seu efeito em Olinda no seguinte ano de 1677; porque neste mesmo ano por certidão autêntica, que tiramos pelo Escrivão de sua Câmara, consta que se acham nela escrituras passadas no princípio dele, em que se nomeia vila, e outra para o fim, em que já se intitula Cidade. Dão-lhe ainda hoje glorioso lustre, mais que à sua grandeza, à sua devoção, as muitas igrejas, e grandes templos, que mais a enobrecem; porque além de oito menos principais, que são: o da Senhora de Guadalupe dos Homens Pardos, S. João dos Soldados, Rosário dos Pretos, Amparo dos Músicos, e moradores dessa rua, S. Sebastião da Câmara e Vereadores, São Pedro Mártir Freguesia, a do Apóstolo do mesmo nome, de Clérigos, e a Nossa Senhora do Monte, Hospício de São Bento, e Santuário Milagroso; também conta outros oito de maior nome; e é o primeiro a sua Sé Episcopal, Templo bastante avultado ao antigo de cinco naves, três das quais se sustentam sobre boas colunas de pedra inteira; a Santa Casa da Misericórdia, Igreja colegiada com Hospital para pobres; a de Nossa Senhora da Conceição, Recolhimento de mulheres convertidas, o Mosteiro do Príncipe dos Patriarcas, o Convento do Carmo Observante, o de Santa Teresa; o Colégio dos Padres Jesuítas, e a Casa de Nossa Senhora das Neves.¹⁷⁶

Frei Jaboatão dá-nos conta de uma paisagem urbana permeada por templos religiosos. Ele observa que a instalação do bispado elevou a vila à categoria de “cidade”, o que lhe conferia “glorioso lustre”. Aos olhos do historiador franciscano, se Olinda já não tinha a “grandeza” do passado, a “sua devoção, as muitas igrejas e grandes templos” enobreciam-na. A instalação do Cabido na cidade semidestruída e abandonada por seus moradores tradicionais, os senhores de engenho e seus familiares, fez prevalecer ali uma religiosidade específica, mais inclinada para o catolicismo clerical, de caráter oficial, do que para as práticas do catolicismo leigo, que caracterizaram as confrarias e as irmandades Terceiras. Essas entidades promoviam um catolicismo laico, intimista e menos doutrinal, impregnado de elementos tridentinos e de expressão artificiosa barroca, voltado para as celebrações pomposas, nas quais as exterioridades do culto remetiam ao relevo social de seus participantes. Predominava em Olinda o domínio dos clérigos e das Ordens religiosas Primeiras, situadas estrategicamente no topo das colinas da vila duartina. As irmandades Terceiras não gozaram ali do poder e do prestígio social que alcançaram suas entidades congêneres em Salvador e,

¹⁷⁶ JABOATÃO, Frei Antônio de Santa Maria. **Novo orbe seráfico brasílico ou crônica dos frades menores da província do Brasil**. v. II. Recife: Assembléia Legislativa de Pernambuco, 1980. p 143-144.

principalmente, nos núcleos urbanos da região mineradora, onde não foi permitida a livre circulação de eclesiásticos nem a fixação de Ordens religiosas Primeiras. A magnificência do cortejo das cinzas na Bahia, descrita por Frei Jaboatão, traduz a relevância dos membros da Ordem leiga seráfica no contexto social soteropolitano, pelo menos durante a segunda metade do século XVII e primeira metade do século XVIII. Inversamente, a presumida simplicidade do préstito olindense no período *ante bellum*, obliterado da crônica de Jaboatão, e a decadência *post bellum* registrada no soneto satírico gregoriano revelam, respectivamente, a posição secundária da Ordem Terceira no espectro social da vila e sua posterior ruína.

Dessa religiosidade singular prevalecente entre os olindenses, onde os “bispos e os cônegos eram mais enraizados do que os outros padres”, como observou Gilberto Freyre, talvez seja possível compreender o embargo exercido durante muitos anos pela Ordem Terceira de São Francisco da vila, sustentado pelos membros do Cabido, à realização da procissão das cinzas organizada pela Irmandade franciscana do Recife.¹⁷⁷ Após a Restauração, embora enfraquecida, a Ordem Terceira franciscana de Olinda, avocando a si os privilégios de ter sido a primeira entidade seráfica a organizar o préstito penitente na América portuguesa, impôs sucessivos embargos e restrições à saída do cortejo organizado pela Irmandade leiga do Recife.

4.5.

A querela da saída da procissão das cinzas do Recife, devoção e poder

A procissão das cinzas do Recife só obteve a primeira autorização para desfilar em 1710. A tradição do rito penitente perdurou na chamada “praça do Recife” até 1864, tendo havido entre essas duas datas ocasiões em que não foi permitida a saída do cortejo, ou este foi autorizado apenas a desfilar em outro dia, que não no primeiro dia da quaresma, logo após as folias carnavalescas, conforme a liturgia seráfica, por consequência da longa demanda judicial com os Terceiros franciscanos de Olinda. Desde a constituição canônica da Ordem Terceira do

¹⁷⁷ FREYRE, Gilberto. **Olinda**. Guia prático histórico e sentimental de cidade brasileira. 5. ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1980. p. 64.

Recife, em 12 de junho de 1695, os irmãos recifenses rogavam realizar a procissão das cinzas no povoado, independente do préstito de Olinda. A devoção dos habitantes do Recife a São Francisco e a Santo Antônio remontava aos primórdios do povoamento da “Ribeira do Mar dos Arrecifes dos Navios” e à construção do convento de Santo Antônio, na ilha de Antônio Vaz, em 1606.¹⁷⁸ Mas o investimento simbólico na organização e na grandiosidade do rito não estava apenas ligado à manifestação do sagrado, mas à afirmação de poder dos corpos constituídos da “praça”. Em 26 de agosto de 1708, os irmãos franciscanos do Recife haviam recebido a encomenda, feita em Lisboa, de um breve, de ricas imagens e vestimentas dos santos da devoção seráfica, destinados a engrandecer o desfile penitente. O intuito era realizar a procissão com solenidade, pompa e magnificência, exteriorizando o poder e o relevo social dos seus membros.

Preparava-se a Venerável Ordem Terceira de São Francisco do Recife para movimentar a sua procissão das cinzas no primeiro dia da quaresma de 1709, quando foi embargada pela Ordem Terceira de Olinda, que contava em sua Mesa com figuras de destaque do Cabido de Olinda, sob a alegação da proximidade de menos de uma légua entre as duas cidades. Insatisfeitos com o embargo, em janeiro de 1709, os irmãos recifenses redigiram um ofício, ao reverendo Padre Provincial, Frei Estevão de Santa Maria, responsável pelo governo da província franciscana (conjunto de conventos), no qual, por obediência, solicitavam a licença para a realização do préstito no dia de sua tradição litúrgica, na quarta-feira de cinzas:

¹⁷⁸ A presença do convento desde o primeiro decênio do século XVII, na então pequena povoação dos mareantes e dos mercadores da capitania, determinou a toponímia da localidade. De acordo com Frei Santa Maria de Jaboatão, o convento foi erguido em “lugar alegre, vistoso, divertido e aprazível”. As obras ficaram prontas entre 1612 e 1613, quando o edifício se tornou um marco importante para o desenvolvimento urbano do povoado. Nem mesmo os holandeses ousaram destruí-lo. Embora o invasor flamengo o tivesse profanado com a instalação em suas dependências do Forte Ernesto, com a Restauração do domínio português e da religião católica o Convento de Santo Antônio do Recife foi reformado e recebeu novas obras decorativas, em especial os silhares azulejados.

Dizem o Ministro e mais Irmãos da Mesa da Venerável Ordem Terceira de São Francisco, congregada no Convento de Santo Antônio do Recife [...] que tentam fazer para a edificação daquele povo e complemento do particular zelo com que toda ordem tem concorrido para a penitente procissão das cinzas, no dia costumeado de quarta-feira de cinzas, pelas ruas daquela praça do Recife, como em toda parte se pratica, e por quanto tem notícia que os terceiros dessa Cidade procuram impedir-lhe o ser no dito dia a tal procissão com o protesto de que no mesmo dia fazem a sua e como sejam as Ordens separadas e também os distritos pois há mais de uma légua de permeio da Cidade ao Recife e da dita Procissão de todas as Ordens terceiras é primitiva naquele dia [...] e sem permissão e licença não querem obrar cousa alguma pois o único fim é o serviço a Deus e não ocasionar contendas e por nenhum título mais do que o do imprudente abuso da oposição que tem a ordem terceira desta Cidade [...], por verem se aumenta com particular e singular zelo no lustre e bem das almas e se em nenhum ponto poderia esta sua preferência se concorrendo a duas ordens em um acompanhamento [...] lhes faça conceder licença para poderem fazer a dita procissão na forma referida por não se esfriar o zelo tão louvável daqueles Irmãos que têm concorrido e despendido em aprestos da mesma Procissão mais de que não só se segue edificação mas tão bom crédito desta Capitania, porque em nenhuma outra parte se poderá fazer melhor a dita Procissão.¹⁷⁹

A petição dos Terceiros recifenses, endereçada a Frei Estevão de Santa Maria, anunciou o “particular zelo” dos irmãos na preparação da procissão e refere-se ao “imprudente abuso” dos de Olinda ao perceberem o aumento do “singular zelo no lustre e bem das almas”. O texto do documento argumenta ainda a independência do distrito do Recife em relação ao de Olinda, bem como a separação jurídica das duas entidades seráficas. Como não houve resposta por parte do padre provincial, o ministro e os irmãos da Mesa da Irmandade do Recife endereçaram nova correspondência ao padre provincial insistindo para que o préstito acontecesse na quarta-feira de cinzas, na presença de um comissário, para a condução do Santo Lenho. A segunda petição, redigida em tom mais objetivo, explicitou a questão dos volumosos gastos investidos nos paramentos da procissão. Os irmãos Terceiros do Recife apresentavam-se ambiciosos e com desejo de realizar seu rito penitente com grandeza e de forma aparatosa:

¹⁷⁹ Apud PIO, Fernando. **A Ordem Terceira de São Francisco do Recife e suas igrejas**. Recife: Fasa Editora, 2004. p. 88-89.

Dizem o Ministro e mais Irmãos da Mesa da Ordem Terceira da Penitência sita no Convento de Santo Antônio deste Recife que é muito patente a vossa P.R. o grande zelo com que os Irmãos terceiros da dita ordem tendo a todo custo de suas fazendas se têm preparados de imagens e andores e todo o mais necessário para fazerem neste Recife a devota e penitente procissão de cinza no dia acostumado.¹⁸⁰

Em 16 de janeiro, Frei Estevão, mobilizado pelo Cabido e pelos representantes do Senado da Câmara de Olinda, respondeu aos irmãos recifenses com o seguinte despacho:

A licença que concedi aos nossos irmãos terceiros foi para fazerem a sua procissão de cinza, mas não lhes assinalei que fosse na quarta-feira de cinzas, porque nesse dia se faz em esta cidade de Olinda, há mais de oitenta anos, cuja posse eu não podia tirar, sem fazer violência aos nossos irmãos terceiros da dita cidade.¹⁸¹

Os leigos recifenses não se submeteram e enviaram novo ofício ao padre provincial, evocando o direito das principais irmandades Terceiras da capitania de realizar suas procissões das cinzas:

E menos se faz violência com a ordem terceira da cidade, porque esta poderá fazer a sua procissão com a gente e Irmãos terceiros dela, assim como a poderá fazer no Recife, em Igarapé, com o seu povo e com os seus irmãos. E pela mesma razão e fundamento que os da cidade a podem fazer, por ser do calendário e do costume da Ordem terceira, na quarta-feira de cinza a podem fazer os terceiros do Recife, no mesmo dia porque o direito que há para uma ordem terceira e universal para as mais nas partes e povos donde se houverem.¹⁸²

Os Terceiros do Recife voltaram a escrever para o provincial, pedindo-lhe, “ao menos por despedida”, que o superior franciscano concedesse o desfile do préstito, ao que foi deferido com um tímido despacho em 25 de janeiro de 1709. Como se propalava uma procissão aparatosa e ostentatória, o Cabido, temeroso de que os Terceiros do Recife realizassem o cortejo, publicou uma pastoral com pena

¹⁸⁰ Apud PIO, Fernando. **A Ordem Terceira de São Francisco do Recife e suas igrejas**. Recife: Fasa Editora, 2004. p. 89-90.

¹⁸¹ Apud PIO, Fernando. **A Ordem Terceira de São Francisco do Recife e suas igrejas**. Recife: Fasa Editora, 2004. p. 89-90.

¹⁸² Apud PIO, Fernando. **A Ordem Terceira de São Francisco do Recife e suas igrejas**. Recife: Fasa Editora, 2004. p. 92-93.

de excomunhão para aqueles que contribuíssem ou participassem do préstito. Acossado pelo Cabido olindense e pela insistência dos pedidos dos irmãos recifenses, Frei Estevão asilou-se no convento de Ipojuca, e a procissão das cinzas da Ordem Terceira seráfica do Recife não saiu às ruas no ano de 1709.

Estando vago o Cabido, em 5 fevereiro de 1710, chegou a Pernambuco o novo e polêmico bispo da diocese de Olinda, D. Manuel Álvares da Costa, em substituição ao oratoriano Antônio de Castelo Branco. Junto com ele, veio também a carta régia de D. João V, endereçada ao governador Sebastião Castro e Caldas (1707-1710), datada de 19 de novembro de 1709, com a permissão para a criação da vila e do termo do Recife. Continuava em curso a demanda jurídica da Ordem Terceira do Recife pela realização da sua procissão das cinzas. De imediato, os Terceiros do Recife apelaram, em nome da “edificação dos povos”, para a autorização da saída do préstito, o que a princípio foi concedido pelo hesitante e recém-chegado bispo, ainda então não inteiramente conhecedor das contendas da terra. No dia 7 de março de 1710, a procissão desfilou pela primeira vez pelas ruas da povoação, sem, contudo, ter se realizado no dia litúrgico, e sim na primeira sexta-feira da quaresma. A saída do primeiro préstito penitente dos Terceiros recifenses ocorreu em meio ao processo de enlevação do Recife à condição de vila, quatro dias depois da instalação do “pelourinho grande” pelo governador Sebastião Castro e Caldas, concorrendo para agravar a reação da nobreza olindense à autonomia política do Recife. Posteriormente, em meio aos conflitos causados pela emancipação da “praça” da “cidade”, o bispo mudou de posição e passou a atuar em favor da “nobreza” de Olinda. De caráter oscilante, D. Manuel não manteve a decisão de permitir a movimentação da procissão das cinzas do Recife em 1711, em meio à guerra dos mascates. Só no ano de 1719 foi vencida a demanda pelos Terceiros recifenses, e a primeira procissão das cinzas a ser realizada na quarta-feira só veio a ocorrer em 1720.

Não foi encontrada documentação descritiva relativa à realização do préstito das cinzas dos Terceiros recifenses do ano de 1710. Entretanto, a contenda dos irmãos do Recife com a Ordem Terceira de Olinda e alguns membros do Cabido não passou despercebida pelos cronistas e historiadores estudiosos do período. Conhecedor da narrativa do Dr. Manuel dos Santos, Charles Boxer inseriu a questão da saída da procissão dos Terceiros do Recife no

contexto das disputas entre os mercadores e os senhores da terra de Pernambuco, que resultou na Guerra dos Mascates. Assim anotou o historiador:

Outra fonte de discórdia foi a procissão anual dos franciscanos Terceiros na quarta-feira de cinzas. Os mascates queriam a sua própria procissão em Recife, enquanto os vereadores municipais insistiam que eles deveriam vir para Olinda. Os últimos acabaram por conseguir o que queriam no final, mas o ressentimento permaneceu.¹⁸³

O médico cirurgião Manuel dos Santos, considerado por Evaldo Cabral de Mello o cronista “porta-voz da mascataria”, em sua **Narração histórica das calamidades de Pernambuco** (1712), relacionou a repressão à saída da procissão do Recife aos conflitos relativos ao movimento de elevação do povoado à condição de vila. Para o Dr. Manuel dos Santos, o impedimento da procissão aprofundou o desejo de emancipação dos recifenses. Em sua narrativa, a manifestação religiosa do rito penitente está inserida no âmbito dos conflitos políticos existentes entre o Recife, dominado pelos comerciantes e financistas advindos do reino, e Olinda, tradicional reduto da “nobreza da terra”, vinculada à produção do açúcar. No texto de Manuel dos Santos, os olindenses são chamados de “cidadãos”, ou seja: habitantes da cidade. Assim escreveu o cronista:

Tinham estes, havia anos, vontade de fazer a dita procissão, como em toda parte se fazia, e até na mesma cidade com mais penúria e menos irmãos; para o que mandaram em Lisboa preparar imagens, as quais lhe vieram com toda a perfeição acabadas no ano de 1708. E querendo logo na quaresma seguinte de 1709 fazê-la na primeira quarta-feira como procissão de cinza, que era: depois de tudo preparado, solicitando licença do reverendo cabido para saírem com ela no dito dia, este lhe negou, com o pretexto de que o Recife se reputava por Termo da cidade; e que além disso como ficava apartado dela menos de uma légua, não permitiam se fizessem nele a procissão no mesmo dia em que na cidade, sendo sua cabeça, se fazia. Pôs-se o caso em litígio, porque a dita cidade dista do Recife mais de uma légua por medição, que por este respeito se fez; finalmente chegou a demanda a termos, que foi apelada para Lisboa; e com tenção da parte do Recife de ir até Roma, suposto não foi necessário; porque sem embargo do provincial empatar a causa para que não saísse a sentença a favor do Recife, com tudo como os cidadãos não quiseram ajustar em uma concordata que os terceiros do Recife, por fazerem a vontade ao dito provincial, queriam fazer com os da cidade, para que a dita procissão se fizesse no Recife um ano à quarta-feira, e na cidade à quinta, e no outro seguinte vice versa; e assim se fosse continuando nos mais anos

¹⁸³ BOXER, Charles R. **The golden age of Brazil 1695-1750**. Growing pains of a colonial society. Berkeley: University of California Press, 1962. p. 110.

vindouros com desistência de ambas as partes da demanda, pois esta era a vontade do provincial; mas como os cidadãos não quiseram estar por isso, entendendo que o motivo dos recifenses cometerem o tal partido era pelo receio ou notícia que já teriam de que a sentença sairia contra eles; estimulado o mesmo provincial da desatenção, fez correr a causa e saiu a sentença a favor da ordem terceira do Recife; e desde então até o presente se ficou fazendo a dita procissão à quarta-feira, sem embargo de ser tão grande o empenho da parte dos cidadãos, de que a tal procissão não se fizesse, que por considerarem ao governador, com algum desejo neste particular, receando que não obstante o seu impedimento a pusessem os terceiros na rua, impetraram do reverendo cabido uma excomunhão tão exótica, não só para que ninguém desse ajuda para se fazer, mas também para que ninguém a visse; o que deu bem o que falar aos que a leram nas portas das igrejas. [...] Todas essas coisas eram disposições para o castigo, que estava aparelhado a Pernambuco, porque do impedimento desta procissão resultou solicitarem os recifenses com mais empenho, do que há mais tempo haviam solicitado, que Sua Majestade fizesse o Recife vila, como o fez; o qual foi causa total de todos os seus trabalhos.¹⁸⁴

O médico relaciona o litúgio da saída do préstito do Recife à submissão do povoado à jurisdição do Termo de Olinda. Para o Doutor Manuel dos Santos, a querela provocada pela realização do séquito seráfico reativou a necessidade da separação das jurisdições da praça e da cidade. Em outras palavras, os embates jurídicos, ocorridos no campo eclesiástico, para a realização do desfile da procissão das cinzas dos irmãos franciscanos do Recife estiveram na raiz do processo de radicalização política relativa à promoção do povoado à categoria de vila. A saída do préstito dos Terceiros do Recife ensejou os debates na direção da autonomia política do povoado. Revestida de uma temática devocional, a questão da realização do ato público litúrgico colocou em evidência os limites concernentes aos excessivos poderes do Senado da Câmara de Olinda acumulados após a Restauração pernambucana, um reflexo do problema jurisdicional causado pela dominação holandesa em Pernambuco.¹⁸⁵

¹⁸⁴ SANTOS, Manuel dos. Narração histórica das calamidades de Pernambuco. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, n. 53, 2ª parte, 1890. p. 20-22.

¹⁸⁵ A questão dos conflitos de jurisdição em Pernambuco no século XVII foi estudada por Vera Lúcia Costa Acioli. Segundo a historiadora, restaurado o domínio português, em 1654, após a presença holandesa, a Coroa resolveu indicar um administrador que tivesse o encargo do governo político e militar da capitania de Pernambuco. O Estado do Brasil passou a ser administrado em quatro partes: a parte sul com sede no Rio de Janeiro; o governo da Bahia, que teria o comando sobre Sergipe, Ilhéus e Porto Seguro; o governo de Pernambuco, que se estenderia do rio São Francisco até o Rio Grande do Norte; e o governo do Maranhão. Em Pernambuco, verificou-se um fenômeno político específico: o consentimento da autonomia das câmaras municipais e dos governadores após a Restauração. Escreveu a historiadora: “Sobretudo a Câmara de Olinda se investiu nesse período de poderes sem paralelos [...]. Poderes, aliás, não outorgados pela metrópole, mas usurpados pelos senados e pelos restauradores, e não reprimidos ou, pelo menos, não contestados pela coroa”. ACIOLI, Vera Lúcia Costa. **Jurisdição e conflitos**: aspectos da

A querela da procissão dos Terceiros recifenses também foi mencionada pelo autor anônimo do **Tratado da capitania de Pernambuco e das sublevações que nela se houveram até o ano de 1712**, documento inédito descoberto por Gonsalves de Mello, em Portugal, uma crônica favorável à causa dos recifenses, escrita contemporaneamente aos eventos. Para o anônimo, os olindenses nutriam ódio pelos recifenses que se recusavam a desfilar sua procissão na cidade. Aos olhos do autor, os moradores de Olinda exerciam uma verdadeira tirania sobre os do Recife:

Também é bem sabido, e a Portugal tem passado, os outros para Recurso, os odiosos embaraços com que o Bispo impediu aos moradores do Recife, a não fazerem a sua procissão de cinzas na sua Ordem Terceira, que ali tem, e preparada há muitos anos, com exercícios muito louváveis a Deus, e ao mundo. Sem mais causa para este empate, que a contemplação dos moradores da Cidade, e o ódio, e desinclinação do Recife, senão podiam fazer na Cidade, por lhe faltar e não terem as preparações para as fazerem, como se o Recife tivesse obrigação alguma de dar-lhes, e ainda mal que tão obrigado, e sujeito o que queriam ter a isto, e a tudo o mais, mas Deus que é justo há de permitir livrá-lo daquele cativo de Faraó.¹⁸⁶

O trecho acima do autor anônimo também coloca a questão da falta de recursos por parte dos olindenses para organizar o préstito da vila, em contraste com o preparo do aparato da procissão do Recife. A recusa dos recifenses em oferecer seus recursos plásticos e cenográficos para o desfile da vila foi a fonte do ódio e a causa do embargo olindense à saída do préstito pelas ruas do povoado. Com efeito, os Terceiros recifenses tinham feito grandes investimentos na organização de sua procissão penitente. Andores imponentes, ricas alfaias e magníficas imagens foram encomendados, de forma a garantir um séquito suntuoso, o que consistia também em investimentos simbólicos na representação do poder dos corpos sociais residentes no povoado quando de sua elevação à condição de vila.

administração colonial. Pernambuco – século XVII. Recife: Editora Universitária UFPE, 1997. p. 60-61.

¹⁸⁶ ANÔNIMO. **Tratado da capitania de Pernambuco e das sublevações que nela houveram até o ano de 1712**. p. 28. O manuscrito da Biblioteca do Porto foi copiado por Manuel Francisco da Silva e Veiga Magro de Moura em 1809. A cópia encontra-se no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no Rio de Janeiro.

A magnificência da procissão das cinzas de Recife não escapou à crônica de Frei Antônio de Santa Maria Jaboatão:

No ano de 1720 a catorze de fevereiro, sendo Provincial a primeira vez Frei Hilário da Visitação, ministro reeleito Manuel Lopes Santiago, Comissário Frei Serafim da Porciúncula, depois de vencidas algumas dificuldades, e oposições, entre os da cidade de Olinda e estes do Recife, querendo aqueles, pela vizinhança das praças, embarçar os de Recife, se fez a sua procissão de cinza, continuando-se até agora, com todo ornato e culto, que pede tão devota religiosa e agradável função.¹⁸⁷

Embora Frei Jaboatão não tenha dedicado à procissão penitente do Recife a narrativa longa e minuciosa com a qual descreveu o desfile soteropolitano, o historiador franciscano não deixou de registrar que esta aconteceu “com todo ornato e culto”. Frei Jaboatão relata o préstito ocorrido em 1720, quando já haviam sido vencidas as “dificuldades” e as “oposições” entre Olinda e Recife.

No ano de 1719, foi finalmente vencida a demanda judicial nos tribunais de Lisboa pela realização da procissão penitente dos Terceiros do Recife. Na quaresma de 1720, o préstito saiu às ruas do Recife, com grande aparato, na quarta-feira de cinzas, conforme a tradição franciscana. O Arquivo da Ordem Terceira do Recife dispõe de um manuscrito, intitulado “Ano de 1739 Livro em que se acha a forma de compor as procissões de cinza e enterro do Senhor”, que contém uma minuciosa descrição do séquito, marcado pela pompa de sua execução. O documento descreve a disposição das inúmeras figuras e dos andores que compuseram a procissão dos Terceiros recifenses, dezenove anos depois de seu primeiro desfile na data litúrgica. O manuscrito transcreve uma manifestação grandiosa e rica, na qual os ensinamentos e as alegorias penitentes, tais como caveiras e cilícios, misturam-se às imagens dos santos da devoção franciscana e a tecidos adamascados, crucifixos, tocheiros, salvas e outros objetos de culto em prata e ouro.

¹⁸⁷ JABOATÃO, Frei Antônio de Santa Maria. **Novo orbe seráfico brasílico ou crônica dos frades menores da província do Brasil**. v. III. Recife: Assembléia Legislativa de Pernambuco, 1980. p. 466.

Na primeira parte do cortejo desfilam a imagem do Padre Seráfico, os anjos e dezessete figuras que encarnam alegorias relativas aos ensinamentos éticos e moralizantes da religiosidade franciscana: o sentido purificador da morte e da penitência. Os temas são a morte, o monstro infernal, a árvore da penitência, a contrição, a confissão, a oração a obediência, o desprezo do mundo etc. As representações dos doze mártires do Japão completavam o propósito exemplar das figuras da procissão dos Terceiros recifenses. A segunda parte do cortejo é composta pelo desfile de dezessete andores com imagens do Senhor na cruz, a confirmação da Ordem Terceira pelo Papa e as imagens dos santos da devoção seráfica: Nossa Senhora da Conceição, São Lúcio, São Vivaldo, Santa Rosa de Viterbo, Santana de Fulgino, Santa Isabel, rainha de Hungria, São Luís, rei da França, Santa Margarida de Cortona, São Roque, Santa Isabel, rainha de Portugal, e São Ivo Doutor. Os andores ainda traziam representações alegóricas de São Francisco recebendo as chagas. No couce da procissão, figuravam o coro dos meninos, regidos pelo mestre da capela, e um grupo de anjos, com flores na mão, que desfilavam junto às varas do pódio. Seis sacerdotes carregavam as varas do pódio. As oito lanternas junto ao pódio eram portadas pelos oito irmãos mais antigos que tinham servido à Mesa. Seis irmãos “governavam” a procissão, distribuídos entre as figuras, os andores e os pódios. Governavam os andores os ex-ministros da Ordem, tendo prioridade na disposição do cortejo aqueles mais antigos. O posicionamento dos irmãos obedecia a um rígido princípio hierárquico ditado pela antiguidade e pelos cargos ocupados na Mesa da Ordem. Os irmãos mais velhos e mais proeminentes ocupavam as proximidades dos andores no couce do préstito.¹⁸⁸

A descrição minuciosa das figuras e dos andores da procissão penitente organizada pelos irmãos seráficos do Recife, acontecida no ano de 1739, feita pelo escritor anônimo, revela a grandeza e a magnificência alcançadas pelo préstito seráfico no ambiente urbano do Recife, quase trinta anos após sua primeira e conturbada saída, marcada por uma sucessão de embargos por parte dos olindenses. A procissão das cinzas dos Terceiros seráficos assumiu grandes proporções no Recife, inclusive absorvendo manifestações da tradição popular, como a figura do tradicional “Papa angü”, espécie de farricoco, que espantava as

¹⁸⁸ PIO, Fernando. **A Ordem Terceira de São Francisco do Recife e suas igrejas**. Recife: Fasa Editora, 2004. p. 68-81. Para o texto completo do documento, ver Anexo.

crianças com um relho. Em 1864, a procissão das cinzas deixou de circular pelas ruas do Recife. Entretanto, sua memória está indelevelmente associada ao momento fulcral do processo de autonomia política e elevação do povoado à condição de vila.

ANEXO

“Ano de 1739 Livro em que se acha as formas de compor as procissões de cinza e enterro do Senhor”. Documento manuscrito pertencente ao Arquivo da Ordem Terceira do Recife, transcrito por Fernando Pio em **A Ordem Terceira de São Francisco do Recife e suas igrejas**. Recife: Fasa Editora, 2004. p. 68-81.

“Primeira Figura: irá vestida até o pé, com grenhas e barbas, levará na mão uma cruz grande na qual vão os braços do nosso Seráfico Padre São Francisco ornados com uma nuvem e um letreiro na mesma cruz que diz *agite penitentia*. Primeiro Anjo da cruz da Penitência: irá vestido com uma túnica roxa, asas, alpercatas, cabeleira com coroa de rosas e levará na mão um brandão de cera. Segundo Anjo: irá vestido com uma túnica roxa, asas, alpercatas, cabeleira com coroa de rosas e levará na mão um barandão de cera. Segunda Figura: A Morte: irá vestida como se costuma, na mão direita com uma matraca, na esquerda com uma gadanha, uma ampulheta nas costas e uma tarja no braço esquerdo que diz *nemini cedo*. Terceira Figura: O anjo do Juízo: irá vestido com túnica roxa, alpercatas, cabeleira e coroa de rosas e levará na mão direita uma trombeta e uma tarja no braço esquerdo que diz: juízo. Quarta Figura: O monstro infernal. O monstro infernal com um letreiro que diz: inferno. Quinta Figura: O Anjo do Paraíso: irá vestido com túnica roxa, asas, alpercatas, cabeleira e coroa de rosas e levará na mão um ramo verde, e nela uma serpente enroscada, com um letreiro no ombro esquerdo que diz: paraíso. Sexta Figura: Adão e Eva: irão vestidos de folhas com cabeleiras sem polvilhos, Adão levará uma eixada ao ombro e um letreiro nas costas que diz: Adão. E Eva levará uma maçã na mão e um letreiro nas costas que diz: Eva. Sétima Figura: O Querubim: irá vestido com túnica roxa, asas, alpercatas e cabeleira com coroa de rosas e levará na mão um espadim nu e um letreiro no ombro esquerdo que diz: Querubim. Anjo da Árvore da Penitência: irá vestido com túnica roxa, asas, alpercatas e cabeleira com coroa de rosas e levará na mão um pendão roxo, e nele pregadas duas tarjas que dizem: *facite fructus dignos penitentia*. Oitava Figura: Árvore da Penitência: irá vestida de saial até o pé, cingida com uma fita parda pela cinta com grenhas, barbas e descalço, levará nas mãos uma árvore seca com

uns galhos e neles penduradas disciplinas, cilícios e livrinhos, e na mesma árvore um letreiro que diz: *sumentes de fructibus cius*. Anjo da Memória da Morte: irá vestido com túnica roxa. Asas, alpercatas e cabeleira com coroa de rosas e levará na mão um pendão roxo com as tarjas que dizem: *memento homo qui pulvis es*. Nona Figura: Memória da Morte: irá vestida com saial cingida pela cinta com uma fita parda, cabeleira sem polvilhos, alpercatas nos pés e levará na mão direita uma salva de prata com cinza, em cima e na esquerda uma caveira e um letreiro nas costas que diz: *moria mortis*. Anjo da Contrição: irá vestido com túnica roxa, asas, alpercatas, e cabeleira com coroa de rosas, levará na mão um pendão roxo que nele as tarjas dizem: *cor contrictum e humiliatum*. Décima Figura: Contrição: irá vestido de saial com fita parda cingida pela cinta, alpercata nos pés, cabeleira sem polvilhos, levará na mão esquerda um crucifixo, e na direita um coração passado com uma seta e um letreiro nas costas que diz: *contrição*.

O Anjo da Confissão: irá vestido com túnica roxa, asas, alpercatas e cabeleira com coroa de rosas, levará na mão um pendão roxo com duas tarjas que dizem: *água confessionis lavat conscientiam hominis*. Décima Primeira Figura: Confissão: irá vestida de saial com uma fita parda cingida pela cinta, alpercatas nos pés e cabeleira sem polvilhos, levará na mão esquerda um crucifixo e na direita um gomil de prata com um letreiro nas costas que diz: *confissão*. O Anjo da Satisfação: irá vestido com túnica roxa, com asas, alpercatas e cabeleira com coroa de rosas, levará na mão um pendão com duas tarjas que dizem: *hic non parcas ut parcasin eternum*. Décima Segunda Figura: Satisfação: irá vestida com saial com uma fita parda cingida pela cinta, alpercatas nos pés e cabeleira sem polvilhos, levará na mão esquerda uma salva de prata com cilício, disciplinas e na direita um crucifixo com letreiro nas costas que diz: *satisfactio*.

O Anjo da Oração: irá vestido com túnica roxa com asas, alpercatas e cabeleira com coroa de rosas, com um pendão roxo e nele as tarjas que dizem: *semper orare e nunquam deficere*. Décima Terceira figura: Oração: irá vestida com saial com uma fita parda cingida pela cinta, alpercatas nos pés e cabeleira sem polvilhos, levará as mãos postas e os olhos no céu, e um letreiro nas costas que diz: *oratio*. O Anjo da Obediência: irá vestido com túnica roxa, asas, alpercatas e cabeleira com coroa de rosas, levará na mão um pendão roxo com duas tarjas que dizem: *vere obediens*. Décima Quarta Figura: Obediência: irá vestida de saial com uma fita

parda cingida pela cinta, alpercatas e cabeleira sem polvilhos, levará os vendados com um pano de lã, e as mãos algemadas com um letreiro nas costas que diz: obediência. O Anjo do Desprezo do Mundo: irá vestido com túnica roxa, asas, alpercatas, cabeleira com coroa de rosas e um pendão roxo na mão com duas tarjas que dizem: *vanitas vanitatum*. Décima Quinta Figura: Desprezo do Mundo: irá vestida de saial com uma fita parda cingida pela cinta, grenhas, barbas e descalço, com um crucifixo na mão esquerda e um letreiro que principiará do braço da cruz até o pé da mesma, que diz: *quid mihi est in celo* e a direita sobre o peito e nas costas um letreiro que diz: *contemptus mundi*. Primeiro Pajem do Desprezo do Mundo: irá vestido com casaca, véstia, calções, meias e sapatos com banda de seda de cor, levará nas mãos um fruteiro de prata e nele uma véstia de seda, um chapéu e um espadim com um letreiro nas costas que diz: pajem. Este irá ao lado direito da figura. Segundo Pajem: irá vestido com casaca, véstia, calções, meias e sapatos com banda de seda de cor, levará nas mãos um fruteiro de prata e nele uns cordões e joias de ouro e uma coroa e um rótulo nas costas que diz: pajem. Este irá ao lado esquerdo da figura. Os Doze Mártires do Japão: irão três vestidos com hábitos e cabelos, e destes dois levarão coroas como de religiosos e todos cada um com suas cruces nas mãos e seus cutelos nas cabeças e nove irão vestidos com túnicas como terceiros com cruces nas mãos e cutelos nas cabeças e todos com seus letreiros nas costas e alpercatas nos pés, advertindo que todos devem ser meninos brancos. Primeiro Anjo dos Mártires: irá vestido com túnica roxa, asas, alpercatas, e cabeleira com coroa de rosas, levará na mão uma salva de prata e nela umas capelas de flores – qual irá ao lado direito dos mártires. Segundo Anjo: irá vestido com túnica roxa, asas, alpercatas e cabeleira com coroa de rosas, levará na mão uma salva de prata e nela umas capelas de flores – o qual irá ao lado esquerdo dos mártires. Décima Sexta Figura: Tirano: irá vestido à trágica, com peito, trunfa e uma catana numa mão e levará dois pajens atrás. Décima Sétima Figura: Anjo Defensor: irá vestido com peito capacete na cabeça, asas, borzeguins, nos pés e na mão uma lança e um letreiro no ombro esquerdo que diz: defensor. O Anjo da Cruz da Comunidade: irá vestido com túnica roxa, asas, alpercatas e cabeleira com coroa de rosas e na mão um pendão roxo com duas tarjas que dizem: *hec sunt arma milites nostre*. A Cruz da Comunidade: será carregada por um religioso e acompanhada de dois irmãos sacristãos, cada um com o seu tocheiro na mão [...].

Primeiro Andor com Nossa Senhora da Conceição: Acompanharam a estes dois irmãos noviços, cada um com um tocheiro na mão. Primeiro anjo: Irá vestido à trágica com peito, asas, cabeleira, com capela de rosas, meias e sapatos, levará na mão uma palma com um letreiro no ombro esquerdo que diz: *Quasi Palma* e com outra irá tirando por uma fita que sai do andor da Senhora. Segundo Anjo: Será vestido à trágica, com peito, asas, cabeleira com capela de rosa, meias e sapatos, levará na mão um cipreste e um letreiro no ombro esquerdo que diz: *Quasi Syppressus* e também irá tirando de outra fita que sai do mesmo andor da Senhora. Segundo Andor do Senhor com a Cruz nas Costas: Será este acompanhado de quatro irmãos, cada um com a sua lanterna nas mãos. Primeiro Anjo: Irá vestido com a túnica roxa, asas, alpercatas, cabeleira com coroa de rosas e levará na mão uma cruz e no ombro esquerdo um letreiro que diz: *Arma Crucis*.

Segundo Anjo: Irá vestido com túnica roxa, asas, alpercatas, cabeleira com coroa de rosas e levará na mão uma cruz e no ombro esquerdo um letreiro que diz: *Imitatores mei estate*. Terceiro Andor do Nosso Santo Padre com a Cruz às Costas: a qual irá com o pé para diante. Será acompanhado de dois irmãos, cada um com seu tocheiro nas mãos. Primeiro Anjo: Irá vestido com túnica roxa, asas, alpercatas e cabeleira com coroa de rosas, levará na mão uma salva de prata com cinza e um letreiro no ombro esquerdo que diz: *Quid Superbit Terra e Cinis*. Segundo Anjo: Irá vestido de túnica roxa, asas, alpercatas e cabeleira com coroa de rosas, levará na mão uma salva de prata e nela uma camisa e uma véstia de seda dobrada com um letreiro no ombro esquerdo que diz: (duas palavras ilegíveis) *Dicam patei meus qui est in celis*. Quarto Andor com o Pontífice confirmando a Regra: Vestido de pontifical, sentado em cadeira de damasco e o Nosso Senhor Padre de joelhos recebendo a confirmação. Será acompanhado de dois irmãos, cada um com seu tocheiro com velas nas mãos. Primeiro Anjo: Irá vestido com túnica roxa, asas, alpercatas, cabeleira e coroa de rosas, o qual irá pegando com a mão na ponta de um pano de seda, no qual vai pregada uma tarja que diz: *Confirmação da Ordem Terceira*. Décima Oitava Figura da Ordem Terceira: Irá vestido com hábito de seda, como de terceiro com cabeção, volta, cordão, meias de seda parda, sapatos e cabeleira sem polvilhos, levará no braço direito uma tarja que diz: *Ordem Terceira* e no esquerdo outra que diz: *Scalla celli* – na mão direita levará uma palma, na esquerda uma escada. Quinto Andor com

São Lúcio: que levará na mão esquerda um crucifixo na direita umas disciplinas e São Bona que leva na mão direita umas contas e na esquerda um crucifixo. Será acompanhado de dois irmãos, cada um com seu tocheiro com velas nas mãos.

Primeiro Anjo: Irá vestido com túnica roxa, asas, alpercatas, cabeleira com coroa de rosas, levará na mão uma salva de prata e nela duas campainhas também da mesma e com uma tarja no braço esquerdo que diz: *Induite vos armaturam Dei*.

Segundo Anjo: Irá vestido com túnica roxa, asas, alpercatas e cabeleira com coroa de rosas, levará na mão uma salva de prata com dois pães e uma tarja no ombro esquerdo que diz: *Peccata tua*.

Sexto Andor com São Vivaldo: de joelhos, dentro de tronco de um castanheiro com as mãos levantadas e duas cidades no andor com suas torres e duas campainhas de prata ornadas com pelúcia verde. Será acompanhado de dois irmãos, cada um com seus tocheiros nas mãos.

Primeiro Anjo: Irá vestido com túnica roxa, asas, alpercatas, cabeleira e coroa de rosas, levará nas mãos uma salva de prata com uns raminhos de beldroegas e no braço esquerdo uma tarja que diz: *Gaudium erit in coelo*.

Segundo Anjo: Irá vestido com túnica roxa, asas, alpercata e cabeleira com coroa de rosas, levará na mão uma salva de prata e nela duas campainhas também com a mesma e no braço esquerdo uma tarja que diz: *Cum animam egisset*.

Sétimo Andor com Santa Rosa de Viterbo, a qual leva em uma mão uma cruz de pau dourado e na outra um livro e uma capela de rosas na cabeça. Será acompanhada de dois irmãos, cada um com seus tocheiros nas mãos.

Primeiro Anjo: Irá vestido com uma túnica roxa, asas, alpercatas e cabeleira com coroa de rosas, leva na mão uma salva de prata com o hábito da santa em cima e uma tarja no ombro esquerdo que diz: *Odor vestimentorum tuorum*.

Segundo Anjo: Irá vestido com túnica roxa, asas, alpercatas e cabeleira com coroa de rosas, leva na mão uma salva de prata e nela uma capela de rosas, no braço esquerdo uma tarja que diz: *Quasi flos rosarum*.

Oitavo Andor com Santa Anna de Fulgino: a qual vai abraçada com a cruz, lança, esponja e mais martírios de Cristo Senhor Nosso. Será acompanhado de dois irmãos, cada um com o seu tocheiro nas mãos.

Primeiro Anjo: Irá vestido com túnica roxa, asas, alpercatas e cabeleira com coroa de rosas e levará na mão uma âmbula da comunhão e no braço esquerdo uma tarja que diz: *Cibavit illam Dominus*.

Segundo Anjo: Irá vestido com túnica roxa, asas, alpercata e cabeleira com coroa de rosas, levará na mão um vaso do lavatório da comunhão e no braço esquerdo uma tarja que diz: *dum aliquando vellet*.

Nono Andor com Santa Isabel

Rainha de Hungria: leva na mão esquerda um crucifixo e na direita umas disciplinas, uma mesa no andor, coberta com um pano de damasco e nela uma salva de prata com uma coroa e cetro. Será acompanhado de dois irmãos, cada um com o seu tocheiro nas mãos. Primeiro Anjo: Irá vestido com túnica roxa, asas, alpercatas e cabeleira com coroa de rosas e levará na mão uma salva e nela umas heras, cilícios e disciplinas com a tarja no braço esquerdo que diz: *Oratio, jejunium e penitentiae*. Segundo Anjo: Irá vestido com túnica roxa, asas, alpercatas e cabeleira com coroa de rosas, levará na mão uma salva de prata e nela algumas moedas e uma tarja no braço esquerdo que diz: *Charitas*. Décimo Andor com São Luís Rei de França: leva na mão esquerda uma coroa de espinhos, com três cravos e na direita umas disciplinas e uma mesa no andor coberta de damasco e nela uma salva de prata com coroa e cetro. Será acompanhado de dois irmãos, cada um com o seu tocheiro nas mãos. Primeiro Anjo: Irá vestido com túnica roxa, asas, alpercatas e cabeleira com coroa de rosas, levará na mão uma salva de prata com um grillhão e no ombro esquerdo uma tarja que diz: *in vincullis*. Segundo Anjo: Irá vestido com túnica roxa, asas, alpercatas, cabeleira com coroa de rosas, levará na mão uma salva de prata com um livro nela, e no ombro esquerdo uma tarja que diz: *accepi librum*. Décimo Primeiro Andor com Santa Margarida de Cortona: vai debaixo de uma árvore, que sai de um monte coberto de pelúcia, leva na mão esquerda um crucifixo e na direita umas disciplinas e cilício de ferro. Será acompanhada de dois irmãos, cada um com seu tocheiro nas mãos. Primeiro Anjo: Irá vestido com túnica roxa, asas, alpercatas e cabeleira com coroa de rosas, levará na mão uma salva e nela uma caveira e no ombro esquerdo uma tarja que diz: *Recordare novíssima tua*. Segundo Anjo: Irá vestido com túnica roxa, asas, alpercatas, cabeleira com coroa de rosas e levará na mão uma salva com umas beldroegas e um cilício e no braço esquerdo uma tarja que diz: *Operuit silicio carnem suam*. Décimo Segundo Andor com São Roque: que irá vestido de romeiro com uma mão levantando a ponta do hábito para mostrar a chaga da perna e um anjo junto dele com um lenço na mão fazendo que lhe alimpa, e ao pé do santo um cão com um pão na boca, e o santo levará o bordão, cabecinha e chapéu atrás das costas. Será acompanhado de dois irmãos terceiros, cada um com seu tocheiro nas mãos. Primeiro Anjo: Irá vestido com túnica roxa, asas, alpercatas, e cabeleira com coroa de rosas, levará na mão um pendão com tarjas que dizem: *Peste laborantes*. Segundo Anjo: Irá vestido com túnica roxa,

asas, alpercatas e cabeleira com coroa de rosas, levará na mão um pendão e nele duas tarjas que dizem: *miserius dominus*. Décimo Terceiro Andor com Santa Isabel Rainha de Portugal: a qual levará na mão direita uma muleta e com a esquerda irá apanhando o manto em que levava umas rosas e no andor uma mesa coberta de damasco com uma salva de prata e nela uma coroa e cetro. Será acompanhado de dois irmãos, cada um com seu tocheiro nas mãos. Primeiro Anjo: Irá vestido com túnica roxa, asas, alpercatas, e cabeleira com coroa de rosas, levará na mão uma salva e nela uma pomba branca de paz e no braço esquerdo uma tarja que diz: *Regina pacatrix*. Segundo Anjo: Irá vestido com túnica roxa, asas, alpercatas, cabeleira com coroa de rosas, levará na mão uma salva e nela umas moedas e um pão e uma tarja no ombro esquerdo que diz: *Bona estoratio cum jejunio*. Décimo Quarto Andor com São Ivo Doutor: que irá vestido com sobrepele, capelo e borla, levará uma pena na mão direita e um livro na esquerda. Será acompanhado de dois sacerdotes terceiros, cada um com seu tocheiro nas mãos. Primeiro Anjo: Irá vestido com túnica roxa, asas, alpercatas e cabeleira com coroa de rosas e levará na mão uma salva e nela um barrete com uma borla branca, verde e encarnada e no ombro esquerdo uma tarja que diz: *Teologia et juri pontificia*. Segundo Anjo: Irá vestido com túnica roxa, asas, alpercatas e cabeleira com coroa de rosas, levará na mão uma salva e nela um tinteiro com poeira de prata e uma tarja no ombro esquerdo que diz: *Hebdomadam totam*. Décimo Quinto Andor com o Senhor Glorioso: Que levará na mão um pendão encarnado e na outra umas moedas, e o Nosso Santo Padre de joelhos e uma nuvem ornada de voltas e serafins. Será acompanhado de dois irmãos terceiros, cada um com seu tocheiro na mão. Primeiro Anjo: Irá vestido com túnica roxa, asas, alpercatas e cabeleira com coroa de rosas. Levará na mão uma salva de prata e nela três moedas de ouro, e no braço esquerdo uma tarja que diz: *Dedit regulam salutis*. Segundo Anjo: Irá vestido com túnica roxa, asas, alpercatas e cabeleira com coroa de rosas, levará na mão uma salva e nela uns olhos e no ombro esquerdo uma tarja que diz: *Videte viam vite*. Décimo Sexto Andor com o Nosso Santo Padre recebendo as chagas: de joelhos com um monte ornado de pelúcia verde e dele sai uma cruz com a imagem de Cristo crucificado dentro de uma nuvem e ao pé da imagem do Santo uma igrejinha de pau dourado. Será acompanhada de dois irmãos, cada um com seu tocheiro na mão. Primeiro Anjo: Irá vestido com túnica roxa, asas, alpercatas e cabeleira com coroa de rosas e levará na mão um pendão

roxo com duas tarjas que dizem: *Ego sum ata dni Jesu*. Décimo Sétimo Andor com o Trânsito de Nosso Santo Padre: o qual vai entre dois anjos cercado de um arco de rosas e do andor sai uma nuvem para o alto ornada de volantes e serafins e do meio dela sai um resplendor com uma estrela na ponta. Será acompanhado de dois irmãos terceiros e cada um com seu tocheiro na mão. Primeiro Anjo: Irá vestido com túnica roxa, asas, alpercatas e cabeleira com coroa de rosas, levará na mão uma salva e nela uma cítara. Segundo Anjo: Irá vestido com túnica roxa, asas, alpercatas e cabeleira com coroa de rosas, levará na mão uma salva de prata e um papel de solfa. [...]

Quatro anjos para o coro da música [...], Dois anjos, cada um com seu fruteiro de prata na mão cheio de flores, as quais irão lançando pelas ruas diante do pátio [...], Dois anjos, cada um com sua naveta na mão, [...] Dois anjos com seu turíbulo nas mãos, Dois anjos com sua lanterna pequena nas mãos junto ao pátio [...]. Para as varas do pátio: Seis sacerdotes irmãos terceiros com sobrepelizes e capas de asperges roxas. Para oito lanternas junto ao pátio: oito irmãos terceiros dos mais antigos e autorizados que tenham servido em mesa. Para governar a Procissão: seis irmãos, dois sacerdotes da cruz da penitência até a cruz da comunidade. Da cruz da comunidade até o nono andor: dois irmãos seculares autorizados que tenham servido em Mesa. Do nono andor até o pátio: dois irmãos terceiros dos mais autorizados que tenham servido em Mesa.

[...] Os irmãos ex-ministros, principiando o mais antigo ou que tiver servido três vezes no andor do trânsito de Nosso Senhor Padre e mais se irão seguindo por sua ordem conforme a sua antiguidade, preferindo os mais antigos aos modernos e quando estes se chegarem a cobrir os andores se seguirão vice-ministros e na falta destes os ex-secretários, aos quais se seguirão os irmãos ex-síndicos. A todos os quais irmãos se manda em virtude da santa obediência assistam todos e cada um no lugar que lhe fica sinalado com a maior compostura e modéstia, que pode ser e pede um ato como este, tanto do agrado do Nosso Senhor Pai como do serviço de Deus.”